

Para meus colegas e alunos
no St. Anthony's College, Oxford

Copyright © 1991 by Albert Hourani
Copyright © 1991 by John Flower

Título original:
A history of the Arab peoples

Capa:
Ettore Bottini
sobre mapa publicado em
The illustrated atlas and modern history of the world,
Londres, John Tallis & Company, 1851

Preparação:
Stella Weiss

Índice remissivo:
Otaçílio F. Nunes Jr.

Revisão:
Carmen S. da Costa
Eliana Antonioli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Hourani, Albert Habib
Uma história dos povos árabes / Albert Hourani ; tradução Marcos Santarrita. — São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

Bibliografia.
ISBN 85-7164-377-6

1. Países árabes — História I. Título.

94-0479 CDD-909.0974927

Índice para catálogo sistemático:
1. Árabes : História 909.0974927

2001

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3846-0801
Fax: (11) 3846-0814
www.companhiadasletras.com.br

Já no início da década de 1960 havia sinais de que as reivindicações e pretensões do nasserismo iam além de seu poder. A dissolução da união entre Egito e Síria, em 1961, e o fracasso das últimas conversações sobre unidade mostravam os limites da liderança de 'Abd al-Nasser e dos interesses comuns dos estados árabes. Mais significativos eram os acontecimentos que ocorriam no Iêmen. Em 1962, o imã Zaydi, governante do país, morreu, e seu sucessor foi quase imediatamente deposto por um movimento no qual liberais educados que tinham estado no exílio se juntaram a oficiais do novo exército regular, com um certo apoio tribal limitado. O antigo imanato tornou-se a República Árabe do Iêmen (agora muitas vezes chamada de Iêmen do Norte, para distingui-la do Estado estabelecido após a retirada britânica do Iêmen e do protetorado em torno, oficialmente conhecido como República Popular do Iêmen, mas muitas vezes chamada de Iêmen do Sul). O grupo que tomou o poder pediu imediatamente ajuda e unidades do exército egípcio foram mandadas. Mesmo com esse apoio, porém, a tarefa de governar um país que tinha sido diretamente controlado, mas mantido junto pela habilidade e os contatos do imanato, revelou-se difícil demais para o novo governo. Partes do campo, que ainda aceitavam a autoridade do imã, ou se opunham ao tipo de controle que o governo tentava criar, levantaram-se em revolta. Tinham apoio da Arábia Saudita, e seguiram-se vários anos de guerra civil, em que se entrelaçaram o conflito entre grupos locais e entre o Egito e as monarquias árabes "tradicionais". Nenhum dos lados pôde vencer o outro; os que os egípcios apoiavam podiam controlar apenas as cidades principais e as estradas entre elas, mas não a maior parte do campo, e um grande exército egípcio, combatendo em condições desconhecidas, foi retido ali por vários anos.

As limitações do poder egípcio e árabe foram mostradas mais decisivamente numa crise maior ocorrida em 1967, levando o Egito e outros estados árabes a um confronto direto e desastroso com Israel. Era inevitável que a dinâmica da política nasserista levasse 'Abd al-Nasser à posição de principal defensor dos árabes no que para a maioria deles era o problema central: o das relações com Israel. A princípio cauteloso na abordagem do problema, em 1955 o governo militar do Egito começou a firmar sua liderança. Os acontecimentos de 1956 e dos anos posteriores transformaram 'Abd al-Nasser na figura simbólica do nacionalismo árabe, mas por trás disso havia uma certa linha de política egípcia: tornar o Egito líder de um bloco árabe tão estreitamente unido que o mundo externo só pudesse tratar com ele através de um acordo com o Cairo. A tarefa de agir como líder e porta-voz da causa palestina tinha perigos óbvios, e até 1964 o Egito executou-a com cuidado; naquele ano, recusou-se a ser atraído a um confronto com Israel sobre os planos israelenses de usar as águas do Jordão para irrigação. Dessa época em diante, porém, 'Abd al-Nasser ficou exposto a pressão de todos os lados. Os regi-

mes "conservadores", com os quais já estava em conflito por causa da guerra civil no Iêmen, afirmavam que sua cautela era um sinal de que ele na verdade não acreditava na causa que devia apoiar. Na Síria, o poder caíra nas mãos de um grupo ba'thista que achava que só através da revolução social e do confronto direto com Israel se podia resolver o problema da Palestina e criar uma nova nação árabe.

Na teia de relações interárabes tecia-se agora um novo fio. Desde 1948, os próprios palestinos não tinham podido, desempenhar um papel independente nas discussões sobre seu destino: sua liderança desmoronara, estavam espalhados por vários estados, e os que haviam perdido casa e trabalho tinham de reconstruir uma nova vida para si. Só tinham podido desempenhar um papel sob o controle dos estados árabes e com a permissão deles. Em 1964, a Liga Árabe criara uma entidade separada para eles, a Organização para Libertação da Palestina (OLP), mas esta se achava sob controle egípcio e as forças armadas a ela ligadas faziam parte dos exércitos do Egito, Síria, Jordânia e Iraque. A essa altura, surgia uma nova geração de palestinos, no exílio mas com uma lembrança da Palestina, educada no Cairo ou Beirute e reagindo a correntes de pensamento ali atuantes. Aos poucos, em fins da década de 1950, começaram a surgir dois tipos de movimentos claramente palestinos: o Fatah, empenhado em manter-se inteiramente independente dos regimes árabes, cujos interesses não eram os mesmos dos palestinos, e em confronto direto com Israel; e vários movimentos menores, que emergiram dos grupos nacionalistas árabes pró-nasseristas em Beirute e aos poucos passaram para uma análise marxista da sociedade e da ação social, e a crença em que o caminho para a recuperação da Palestina estava numa revolução fundamental nos países árabes.

Em 1965, esses grupos começavam a empreender ações diretas contra Israel, e os israelenses começavam a retaliar, não contra o Ba'th sírio, que apoiava os palestinos, mas contra a Jordânia. Essas ações israelenses não eram simplesmente uma resposta ao que os palestinos faziam, mas nasciam da dinâmica da política israelense. A população de Israel continuava a crescer, sobretudo pela imigração; em 1967, estava em cerca de 2,3 milhões, dos quais os árabes compunham uns 13%. Seu poder econômico aumentara, com a ajuda dos Estados Unidos, contribuições dos judeus no mundo externo e reparações da Alemanha Ocidental. Também viera escalando a força e especialização de suas forças armadas, e da força aérea em particular. Israel sabia-se militar e politicamente mais forte que os vizinhos árabes; diante da ameaça desses vizinhos, o melhor curso era mostrar sua força. Isso poderia levar a um acordo mais estável do que o que pudera conseguir; mas por trás disso havia a esperança de conquistar o resto da Palestina e terminar a guerra iniciada de 1948.

Todas essas linhas convergiram em 1967. Diante da retaliação israelense contra outros estados árabes, e com informações (que podiam ser infunda-

das) de um iminente ataque israelense à Síria, 'Abd al-Nasser pediu às Nações Unidas que retirassem as forças que haviam sido estacionadas na fronteira com Israel desde a guerra do canal de Suez em 1956, e quando se fez isso ele fechou o golfo de Ácaba aos navios israelenses. Talvez lhe tenha parecido que nada tinha a perder: ou os Estados Unidos interviriam no último instante para negociar um acordo político que seria uma vitória para ele, ou, se se chegasse a uma guerra, suas forças armadas, equipadas e treinadas pela URSS, eram suficientemente fortes para vencer. Seus cálculos poderiam ter-se revelado corretos se os Estados Unidos tivessem pleno controle da política israelense, pois havia um movimento dentro do governo americano para resolver o problema pacificamente. Mas as relações entre as grandes potências e seus clientes jamais são simples. Os israelenses não estavam dispostos a dar ao Egito uma vitória política que não correspondesse ao equilíbrio de poder entre eles, e também nada tinham a perder; acreditavam que suas forças armadas eram mais fortes, e no caso de um revés inesperado podiam estar certos do apoio dos Estados Unidos. À medida que cresceu a tensão, a Jordânia e a Síria fizeram acordos militares com o Egito. A 5 de junho, Israel atacou o Egito e destruiu sua força aérea; e nos poucos dias seguintes os israelenses ocuparam o Sinai até o canal de Suez, Jerusalém e a parte palestina da Jordânia, e parte do sul da Síria (o Jawlan, ou "colinas de Golan"), antes que um cessar-fogo acertado nas Nações Unidas encerrasse a luta.

A guerra foi um momento decisivo, sob muitos e diferentes aspectos. A conquista de Jerusalém pelos israelenses, e o fato de que os lugares santos muçulmanos e cristãos agora estavam sob controle judeu, acrescentaram outra dimensão ao conflito. A guerra mudou o equilíbrio de forças no Oriente Médio. Ficou claro que Israel era militarmente mais forte que qualquer combinação de estados árabes, e isso mudou a relação de cada um deles com o mundo externo. O que era, certa ou erroneamente, encarado como uma ameaça à existência de Israel despertou simpatia na Europa e América, onde as lembranças do destino judeu durante a Segunda Guerra Mundial ainda eram fortes; e a rápida vitória israelense também tornou Israel mais desejável como aliado aos olhos dos americanos. Para os estados árabes, e sobretudo o Egito, o que acontecera fora em todos os sentidos uma derrota que mostrava os limites de sua capacidade militar e política; para a URSS, foi também uma espécie de derrota, mas uma derrota que deixou os russos mais decididos a impedir que seus clientes incorressem em outra da mesma magnitude. Num nível muito profundo, a guerra deixou sua marca em todos no mundo que se identificavam como judeus ou como árabes, e o que fora um conflito local tornou-se mundial.

O resultado mais importante a longo prazo foi a ocupação israelense do que restava da Palestina árabe: Jerusalém, Gaza e parte ocidental da Jordânia (geralmente conhecida como "Margem Ocidental"). Mais palestinos tornaram-se refugiados, e mais caíram sob o domínio israelense. Isso forta-

leceu o senso de identidade palestina, e a convicção entre eles de que no fim só podiam contar consigo mesmos; e também colocou um problema para os israelenses, estados árabes e grandes potências. Devia Israel continuar ocupando o que conquistara, ou negociar a terra por algum tipo de acordo pacífico com os estados árabes? Devia haver algum tipo de entidade política para os palestinos? Como podiam os estados árabes recuperar a terra que tinham perdido? Como podiam as potências conseguir um acordo que não resultasse em outra guerra, à qual podiam ser arrastadas?

É possível que alguma iniciativa dos vencedores abrisse o caminho para a resposta a algumas dessas questões; mas a iniciativa não veio, talvez porque levou algum tempo para que os israelenses digerissem os resultados de uma vitória tão súbita e completa. Os palestinos, vendo-se em sua maioria unidos sob domínio israelense, exigiram uma existência nacional separada e independente. Os israelenses começaram a administrar as terras conquistadas praticamente como partes de Israel. O Conselho das Nações Unidas finalmente conseguiu em novembro chegar a um acordo sobre a Resolução 242, por cujos termos haveria paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, Israel se retiraria dos territórios que tinha conquistado, e se cuidaria dos refugiados. Mas houve desacordo sobre o modo como isso devia ser interpretado; se os palestinos deviam ser encarados como uma nação ou uma massa de refugiados individuais. Os chefes de estados árabes adotaram sua própria resolução numa conferência realizada em Cartum, em setembro de 1967: nenhum reconhecimento das conquistas israelenses e nenhuma negociação. Também aqui, porém, poderia haver interpretações diferentes: para o Egito e a Jordânia pelo menos, o caminho ainda estava aberto para um acordo negociado.

UNIÃO E DESUNIÃO ÁRABES (Depois de 1967)

A CRISE DE 1973

'Abd al-Nasser viveu mais três anos após a sua derrota. A posição dele no mundo árabe fora seriamente abalada por ela; suas relações com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha azedaram com a acusação, na qual ele acreditava, de que eles haviam ajudado militarmente Israel durante a guerra, e pela insistência americana em que Israel só se retiraria dos territórios conquistados em troca da paz. A posição de Nasser em relação a outros governantes árabes foi enfraquecida quando as limitações de seu poder se tornaram claras. Um dos resultados imediatos da guerra de 1967 foi que ele reduziu suas perdas no Iêmen e fez um acordo com a Arábia Saudita pelo qual retiraria suas forças.

Dentro do Egito, porém, a posição de 'Abd al-Nasser continuou forte. No fim da fatídica semana de junho de 1967 ele anunciou sua renúncia, mas isso provocou generalizados protestos no Egito e em outros países árabes, talvez devido a uma habilidosa organização, mas talvez por um sentimento de que sua renúncia seria uma derrota e humilhação maiores. O domínio que ele tinha sobre o sentimento popular em outros países árabes também continuou forte. Tanto por sua estatura quanto pela reconhecida posição do Egito, ele era o intermediário indispensável entre os palestinos e aqueles entre os quais eles viviam. Nos anos seguintes a 1967, o crescimento do sentimento nacional palestino e a força crescente do Fatah, que controlou a OLP a partir de 1969, levaram a vários incidentes de ação guerrilheira contra Israel, e a represálias israelenses contra as terras onde os palestinos tinham alguma liberdade de ação. Em 1969, a intervenção egípcia propiciou um acordo entre o governo libanês e a OLP, estabelecendo os limites dentro dos quais a OLP teria liberdade de ação para operar no sul do Líbano. No ano seguinte, 1970, irrompeu uma séria luta na Jordânia entre o exército e grupos de guerrilha palestinos, que pareciam a ponto de tomar o poder no país. O governo jor-

daniano conseguiu impor sua autoridade e acabar com a liberdade de ação dos grupos palestinos, e mais uma vez foi a mediação de 'Abd al-Nasser que fez a paz entre eles.

Imediatamente após isso, 'Abd al-Nasser morreu de repente. As cenas extraordinárias em seu funeral, com milhões chorando nas ruas, certamente significavam alguma coisa; pelo menos no momento, era difícil imaginar o Egito ou o mundo árabe sem ele. Sua morte foi o fim de uma era de esperança de um mundo árabe unido e renovado.

'Abd al-Nasser foi sucedido por um colega de longa data, Anwar Sadat (1918-81). Pareceu a princípio que o Egito continuaria como antes. Também em outros países árabes as mudanças em 1969 e 1970 levaram ao poder pessoas que pareciam capazes de seguir uma política mais ou menos semelhante ao nasserismo, ou pelo menos consistente com ele. No Marrocos e na Tunísia, é verdade, não houve mudança básica nessa época; o rei Hassan e os que o cercavam, e Burguiba e o Neo-Destur, permaneceram no poder. Também na Argélia a mudança dentro do grupo governante ocorreu alguns anos antes. Mais a leste, o governo do rei Faysal na Arábia Saudita, do rei Hussein na Jordânia, e as dinastias dos estados do golfo Pérsico continuaram. Na Líbia, porém, uma conhecida combinação de oficiais e intelectuais radicais derrubou a monarquia em 1969; após algum tempo, surgiu no novo grupo governante a figura dominante de um oficial, Muammar al-Kadhafi. No Sudão, um grupo semelhante, liderado por Jaafar al-Nimeiri, derrubou o regime constitucional em 1969. Na Síria, o regime ba'thista, que se envolvera profundamente na derrota de 1967, foi substituído em 1970 por um grupo de oficiais liderados por Hafez al-Asad, também pertencentes ao Ba'th porém mais cautelosos em política. No Iraque, um período de governo por coalizões mais ou menos instável de oficiais do exército e civis foi encerrado quando um grupo mais coeso ligado ao Ba'th tomou o poder em 1968; Sadam Hussein emergiu aos poucos como sua figura mais forte. No Iêmen do Sul, também, 1969 foi um ano crítico. A coalizão de forças que tomara o poder com o advento da independência foi substituída por um grupo mais estritamente marxista. No Iêmen do Norte, porém, esses anos não assinalaram uma mudança decisiva: o fim da guerra civil levou ao poder uma coalizão de elementos dos dois lados, cujas relações uns com os outros ainda precisavam ser definidas. Só em 1974 estabeleceu-se um regime mais ou menos estável, com apoio do exército e de alguns poderosos líderes tribais.

Em 1973, ocorreram fatos não menos dramáticos que os de 1967, e que pareceram assinalar um novo estágio no caminho da unidade árabe e da reaseração de independência diante das grandes potências. Mais uma vez, houve um confronto com Israel. Já antes da morte de 'Abd al-Nasser, o desejo de compensar a derrota de 1967 revelara-se numa "guerra de atrito" ao longo do canal de Suez e no rearmamento dos exércitos egípcio e sírio pela URSS. No início de 1970, o novo governante do Egito, Sadat, fez uma certa mudan-

ça na política quando pediu a retirada de consultores e técnicos soviéticos, mas o exército continuou sendo equipado e treinado pelos soviéticos, e em outubro de 1973 desfecho um súbito ataque às forças israelenses na margem oriental do canal de Suez; no mesmo instante, e por acordo, o exército sírio atacava os israelenses em Golan.

Na primeira onda de luta, o exército egípcio conseguiu atravessar o canal e estabelecer uma cabeça-de-ponte, e os sírios ocuparam parte de Golan; armas fornecidas pelos russos possibilitaram-lhes neutralizar a força aérea israelense, que conquistara a vitória de 1967. Nos poucos dias seguintes, porém, a maré militar virou. Forças israelenses atravessaram o canal e estabeleceram sua própria cabeça-de-ponte na margem ocidental, e empurraram os sírios para Damasco. Além de sua habilidade, o sucesso dos israelenses deveu-se em parte ao equipamento que lhes foi enviado às pressas pelos americanos, e em parte a divergências políticas entre o Egito e a Síria que logo se revelaram. As campanhas mostraram mais uma vez a superioridade militar dos israelenses, mas nem aos olhos dos árabes nem aos do mundo a guerra pareceu uma derrota. Os ataques tinham mostrado cuidadoso planejamento e séria determinação; haviam atraído não apenas simpatia, mas ajuda financeira de outros países árabes; e terminaram num cessar-fogo imposto pela influência das superpotências que mostrou que, embora os Estados Unidos não permitissem que Israel fosse derrotado, nem eles nem a URSS permitiriam que o Egito tampouco o fosse, e não desejavam que a guerra se intensificasse a ponto de arrastá-los.

Parte do motivo da intervenção das potências foi o uso pelos países árabes do que parecia ser sua arma mais forte — o poder de impor um embargo à exportação de petróleo. Pela primeira e talvez última vez, essa arma foi usada com sucesso. Os países árabes produtores de petróleo decidiram reduzir sua produção enquanto Israel permanecesse ocupando terras árabes, e a Arábia Saudita impôs um embargo total às exportações para os Estados Unidos e a Holanda, vista como o mais favorável a Israel entre os países da Europa Ocidental, e também o centro do mercado livre de petróleo.

Os efeitos dessas decisões foram tanto maiores porque coincidiram mais ou menos com outra mudança para a qual os países exportadores de petróleo vinham se dirigindo há algum tempo. A demanda de petróleo do Oriente Médio crescia, à medida que as necessidades dos países industriais aumentavam mais que a produção, e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) vinha-se tornando mais forte e mais decidida a aumentar sua parcela dos lucros, que era uma proporção menor do preço que a quantia cobrada em impostos pelos países consumidores que importavam petróleo. No fim de 1973, a OPEP decidiu aumentar os preços de venda do petróleo em cerca de 300%; o Irã e os países árabes foram os articuladores básicos dessa decisão. (O aumento no preço pago pelo consumidor foi menor, porém, já que os impostos e outros custos não aumentaram tanto.)

Dentro de poucos anos, porém, tornou-se claro que o que poderia ter parecido uma declaração de independência política e econômica foi na verdade um primeiro passo para uma maior dependência em relação aos Estados Unidos. A iniciativa fora tomada, como tinha sido em toda iniciativa árabe nos últimos vinte anos mais ou menos, pelo Egito. Para Sadat, a guerra de 1973 não tinha sido travada para conseguir vitória militar, mas para dar uma chacoalhada nas superpotências, a fim de que elas tomassem a iniciativa na negociação de algum acordo sobre os problemas entre Israel e os árabes que impedisse uma outra crise e um confronto perigoso. Foi isso de fato o que aconteceu, mas de uma forma que aumentou o poder de uma das superpotências, os EUA. A intervenção dos americanos na guerra tinha sido decisiva, primeiro com o fornecimento de armas a Israel para impedir sua derrota, e depois propiciando um equilíbrio de forças que conduzia a um acordo. Nos dois anos seguintes, a mediação americana levou a um acordo sírio-israelense pelo qual Israel se retirou de parte do território sírio conquistado em 1967 e 1973, e a dois acordos semelhantes entre Israel e Egito. Houve uma breve e abortiva tentativa de levar as duas superpotências, Israel e os estados árabes a uma conferência geral sob os auspícios das Nações Unidas, mas a linha mestra da política americana era excluir o máximo possível a União Soviética do Oriente Médio, apoiar Israel política e militarmente, levá-lo a acordos com os países árabes pelos quais ele se retiraria dos territórios ocupados em troca de paz, mas manter a OLP fora das discussões, em deferência aos desejos israelenses, pelo menos enquanto a OLP não reconhecesse Israel.

Essa política mudou por um breve período em 1973, quando um novo presidente americano, Jimmy Carter, tentou formular uma abordagem conjunta do problema pelos EUA e a URSS, e encontrar um meio pelo qual os palestinos fossem atraídos ao processo de negociação. Esses esforços, porém, não deram em nada por dois motivos: a oposição israelense, que aumentou quando um governo mais fortemente nacionalista tomou o poder em Israel, tendo Menahem Begin como primeiro-ministro; e a súbita decisão de Sadat, em novembro de 1977, de ir a Jerusalém e oferecer a Israel uma abertura para a paz por meio de negociação direta.

Era visível que Sadat tinha em mente tentar pôr um fim à sequência de guerras que, acreditava, os árabes não poderiam vencer, mas também havia perspectivas mais amplas: as negociações diretas, patrocinadas pelos EUA, eliminariam a União Soviética como um fator no Oriente Médio; uma vez em paz com Israel, o Egito poderia tornar-se um aliado mais importante para os americanos, com todas as consequências que disso poderiam resultar, tanto em apoio econômico quanto numa atitude americana mais favorável para as reivindicações dos árabes palestinos. Na mente do governo israelense da época, o objetivo era outro: fazer a paz com o Egito, seu mais formidável inimigo, mesmo ao preço da retirada do Sinai, e por conseguinte libertar as

mãos para o objetivo essencial de sua política — instalar colonos judeus nos territórios conquistados da Margem Ocidental, e aos poucos anexá-los, e poder lidar efetivamente com qualquer oposição da Síria ou da OLP. Nas discussões que se seguiram à viagem de Sadat, portanto, a questão central era a da conexão a ser estabelecida entre uma paz egípcio-israelense e o *status* futuro da Margem Ocidental. Quando se chegou finalmente a um acordo, com a mediação americana, em 1978 (o “Acordo de Camp David”), ficou claro que nessa questão essencial prevalecera a opinião israelense contra a egípcia, e até certo ponto a dos Estados Unidos. Segundo o acordo, haveria paz formal entre Egito e Israel, e um certo tipo de autonomia, a ser definida depois, para a Margem Ocidental e Gaza; e, após cinco anos, teriam início as discussões sobre o *status* definitivo. Nas discussões posteriores sobre autonomia, logo ficou claro que as idéias israelenses eram diferentes das do Egito e dos Estados Unidos, e Israel recusou-se a suspender sua política de colonização judia dos territórios conquistados.

O presidente Sadat foi assassinado em 1981 por membros de um grupo que se opunha à sua política e desejava restaurar as bases islâmicas da sociedade egípcia, mas as linhas principais de sua política foram mantidas pelo sucessor, Hosni Mubarak. Nos anos seguintes, as relações do Egito com os Estados Unidos se estreitaram, e ele recebeu muita ajuda econômica e militar. O acordo com Israel, porém, foi repudiado não só pelos palestinos, mas pela maioria dos outros estados árabes, com maior ou menor grau de convicção, e o Egito foi formalmente expulso da Liga Árabe, que mudou seu quartel-general do Cairo para Tunis. Apesar disso, as vantagens a serem obtidas de um alinhamento mais de perto com a política americana eram tão grandes que vários outros países árabes também se deslocaram nessa direção: Marrocos, Tunísia, Jordânia, e em particular os países produtores de petróleo da península Arábica, pois, após o auge de sua influência em 1973, logo se tornou claro que a riqueza oriunda do petróleo podia gerar mais fraqueza que força.

Julgada por todos os padrões anteriores, essa riqueza era de fato muito grande. Entre 1973 e 1978, as receitas anuais do petróleo nos principais países produtores árabes cresceram enormemente: na Arábia Saudita, de 4,35 bilhões para 36 bilhões de dólares; no Kuwait, de 1,7 bilhão para 9,2 bilhões; no Iraque, de 1,8 bilhão para 23,6 bilhões; na Líbia, de 2,2 bilhões para 8,8 bilhões. Alguns outros países também aumentaram muito sua produção, em particular Qatar, Abu Dhabi e Dubai. O controle dos países sobre seus recursos também se expandiu. Em 1980, todos os principais estados produtores tinham ou nacionalizado a produção de petróleo ou adquirido uma maior participação nas empresas operadoras, embora as grandes empresas multinacionais ainda tivessem uma posição forte no transporte e na venda. Q aumento da riqueza levou a um aumento da dependência em relação aos países industrializados. Os países produtores tinham de vender seu petróleo, e os países industrializados eram seus principais clientes. Durante a década de 1970, o

excesso de demanda sobre a procura chegou ao fim, por causa da recessão econômica, tentativas de reduzir o consumo de combustível e maior produção por países que não eram membros da OPEP; a posição de negociação e a unidade da OPEP enfraqueceram-se, e não se pôde manter um nível alto e uniforme de preços. Os países que tinham receitas maiores do que podiam gastar em desenvolvimento, por limitações de população e recursos naturais, tinham de investir o excedente em algum lugar, e o fizeram em sua maior parte nos países industrializados. Também tinham de ir a esses países em busca de bens de capital e especialização técnica, que precisavam para o desenvolvimento econômico e para organizar suas forças armadas.

A crescente dependência teve outro aspecto. O uso, pelos países árabes, da arma do embargo em 1973 fez os estados industriais compreenderem a extensão de sua dependência do petróleo do Oriente Médio, e houve indícios, no correr da década, de que os Estados Unidos podiam intervir pela força se o fornecimento de petróleo viesse a ser interrompido de novo, fosse por causa de revoluções nos países produtores, fosse — na visão dos americanos — pelo perigo de uma extensão da influência soviética nos países do golfo Pérsico. A intervenção seria um último recurso, porém, e na maior parte os Estados Unidos dependiam de seus principais aliados na região do golfo Pérsico, Arábia Saudita e Irã. No fim da década de 1970, porém, a situação mudou. A ocupação russa do Afeganistão em 1979 suscitou temores, justificáveis ou não, de que a URSS talvez pretendesse estender mais seu controle no mundo do oceano Índico. A revolução iraniana de 1978-79 destruiu a posição do xá, o mais forte aliado dos Estados Unidos, e substituiu seu governo por um outro empenhado em fazer do Irã um Estado realmente islâmico, como primeiro passo para uma mudança semelhante em outros países muçulmanos; havia um certo perigo de que a revolução se espalhasse para oeste nos países vizinhos, o que iria perturbar o sistema político dos países do golfo e suas relações com os Estados Unidos. Essas considerações levaram à formação de planos americanos para a defesa do golfo em caso de necessidade, em acordo com os estados do Oriente Médio dispostos a cooperar. Mas a maioria desses estados tentou manter certa distância de uma aliança plena com os americanos, e em 1981 a Arábia Saudita e os estados árabes menores criaram seu próprio Conselho de Cooperação do Golfo.

A abertura para o Ocidente foi mais que uma mudança na política externa ou militar; foi também uma mudança nas atitudes e políticas da maioria dos governos árabes em relação à economia. Foi uma mudança conhecida no Egito, significativamente, como *infitah* (política de porta aberta), nome de uma lei promulgada em 1974. Várias causas levaram a isso: o poder dos Estados Unidos, mostrado na guerra de 1973 e seus resultados; a necessidade de empréstimos e investimentos estrangeiros para desenvolver recursos e adquirir força, talvez também uma crescente consciência das limitações do controle do Estado na economia; e a pressão de interesses privados.

A *infítah* consistiu de dois processos, estreitamente ligados um ao outro. Por um lado, houve uma mudança no equilíbrio entre os setores público e privado da economia. Fora o Líbano, que praticamente não tinha setor público, mesmo os países mais comprometidos com a empresa privada mantiveram algumas áreas de controle público, pois não havia possibilidade de rápido desenvolvimento a não ser através do investimento e direção pelo Estado; na Arábia Saudita, por exemplo, a indústria do petróleo foi nacionalizada, e as maiores das novas empresas industriais pertenciam ao Estado. Na maioria dos países, porém, deu-se um espaço mais amplo à empresa privada, na agricultura, indústria e comércio. Isso foi mais visível no Egito, onde a década de 1970 assistiu a uma mudança rápida e de longo alcance do socialismo de Estado da década de 1960. Na Tunísia, uma tentativa de controle pelo Estado das importações e exportações, da produção industrial e da distribuição interna enfrentou dificuldades e foi encerrada em 1969. Na Síria e no Iraque, também, apesar dos princípios socialistas do Partido Ba' th, ocorreu uma mudança semelhante.

Segundo, a *infítah* significava uma abertura para investimentos e empresas estrangeiros, e especificamente ocidentais. Apesar do acúmulo de capital da produção de petróleo, os recursos de capital da maioria dos países árabes não eram adequados aos desenvolvimentos rápidos e em larga escala com os quais a maioria dos governos se comprometera. O investimento dos Estados Unidos e da Europa, e de órgãos estrangeiros, era encorajado por garantias e privilégios fiscais, e reduziram-se as restrições às importações. Os resultados, no todo, não foram o que se esperava. Pouco capital privado estrangeiro foi atraído para os países onde, na maior parte, os regimes pareciam instáveis e as oportunidades de lucro incertas. A maior parte da ajuda veio de governos ou agências internacionais, e foi usada para armamentos, infra-estrutura e projetos custosos e superambiciosos. Parte da ajuda foi concedida sob condições, explícitas ou implícitas; a pressão do Fundo Monetário Internacional sobre o Egito para reduzir seu déficit levou a uma tentativa de elevar os preços dos alimentos, que provocou sérios distúrbios em 1977. Além disso, o afrouxamento das restrições às importações significou que as jovens indústrias locais começaram a enfrentar a concorrência de indústrias bem estabelecidas nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, pelo menos nas linhas de produção em que se precisava de um alto nível de especialização técnica e experiência. Como resultado, os países árabes, assim como a maioria dos Terceiro Mundo, permaneceriam numa situação em que produziam bens de consumo para si mas importavam produtos que exigiam tecnologia mais sofisticada.

A morte de 'Abd al-Nasser e os acontecimentos da década de 1970 enfraqueceram o que pode ter sido uma ilusão de independência, e também de unidade, mas sob certos aspectos os laços entre diferentes países árabes tornaram-se mais estreitos nesse período. Havia mais organizações interárabes que jamais houve, e algumas delas funcionavam. A Liga Árabe perdeu muito do que sempre fora uma autoridade limitada quando o Egito foi expulso, mas aumentou o número de seus membros: a Mauritânia, na África Ocidental, o Djibuti e a Somália, na África Oriental, foram aceitos, embora nenhum deles tivesse sido visto anteriormente como um país árabe, e sua aceitação foi um sinal da ambigüidade do termo "árabe". Nas Nações Unidas e outros organismos internacionais, os membros da Liga muitas vezes conseguiram seguir uma política comum, sobretudo no que se referia ao problema dos palestinos.

As diferenças de interesse entre os estados que tinham recursos petrolíferos e os que não tinham foram diminuídas pela criação de instituições econômicas através das quais parte da riqueza dos países mais ricos podia ser dada ou emprestada aos mais pobres. Algumas dessas instituições eram suíças ou americanas: o fundo especial criado pela OPEP, o estabelecido pela organização de países árabes produtores de petróleo (OPAEP), o Fundo Árabe de Desenvolvimento Econômico e Social. Outros foram instituídos por países individuais, Kuwait, Arábia Saudita e Abu Dhabi. No fim da década de 1970, o volume de ajuda era muito grande. Em 1979, cerca de 2 bilhões de dólares foram dados pelos países produtores de petróleo a outros países em desenvolvimento, através de vários canais; isso era 2,9% de seu PNB.

Outros tipos de ligação eram mais importantes, por serem entre seres humanos individuais, além das sociedades das quais eles faziam parte. Estava em processo de formação uma cultura comum. A rápida expansão da educação que começara quando os países se tornaram independentes continuou com acelerada rapidez, em todos os países, em maior ou menor grau. Em 1980, a proporção de meninos com idade entre sete e dez anos que estudavam era de 88% no Egito e 57% na Arábia Saudita; o de meninas era de 90% no Iraque e 31% na Arábia Saudita. O índice de alfabetização no Egito era de 56,8% para homens e 29% para mulheres. No Egito e na Tunísia, quase um terço dos estudantes universitários era de mulheres, e no Kuwait mais de 50%; mesmo na Arábia Saudita, a proporção era quase de um quarto. A qualidade das escolas e das universidades variava; a necessidade de educar o máximo possível, o mais cedo possível, significou que as classes eram grandes, os professores não tinham bom treinamento e os prédios eram inadequados. Um fator comum na maioria das escolas era a ênfase no ensino do árabe, e de outras matérias através do árabe. Para a maioria dos que deixavam as escolas e dos diplomados universitários, o árabe era a única língua em que se sen-

tiam à vontade, e o meio através do qual viam o mundo. Isso fortaleceu a consciência de uma cultura comum partilhada por todos os que falavam árabe.

Essas cultura e consciência comuns eram agora disseminadas por um novo meio. Rádio, cinema e jornais continuaram sendo importantes, mas à sua influência acrescentou-se a da televisão. A década de 1960 foi a década na qual os países árabes estabeleceram estações de televisão, e o aparelho de TV tornou-se parte essencial da casa, dificilmente menos importante que o fogão ou a geladeira, em todas as classes, com exceção das mais pobres, e dos que viviam em aldeias ainda não alcançadas pela eletricidade. Em 1973, estimava-se que havia cerca de 500 mil aparelhos no Egito, um número idêntico no Iraque, e 300 mil na Arábia Saudita. As transmissões incluíam notícias, apresentadas de modo a angariar apoio para a política do governo, programas religiosos na maioria dos países, em maior ou menor grau, filmes ou séries importados dos Estados Unidos e da Europa, e também peças e programas musicais feitos no Egito e no Líbano; as peças veiculavam idéias, imagens e, o mais frágil de todos, o humor, através das fronteiras dos estados árabes.

Outro elo entre os estados árabes que se estreitou nesses dez anos foi o criado pela movimentação de indivíduos. Esse foi o período em que o transporte aéreo chegou ao alcance das possibilidades de grandes camadas da população. Construíram-se aeroportos, a maioria dos países tinha suas suas aéreas nacionais, rotas aéreas ligavam as capitais árabes umas às outras. A viagem rodoviária também aumentou, à medida que as estradas eram melhoradas e automóveis e ônibus se tornavam mais comuns: o Saara e os desertos sírio e árabe foram cortados por estradas bem conservadas. Apesar dos conflitos políticos que podiam fechar fronteiras e deter viajantes ou produtos, essas estradas transportavam números crescentes de turistas e homens de negócios; os esforços feitos pela Liga Árabe e outros organismos para fortalecer os laços comerciais entre os países árabes tiveram um certo êxito, embora o comércio interárabe ainda representasse menos de 10% do comércio externo dos países árabes em 1980.

A mais importante movimentação pelas rotas terrestres e aéreas, porém, não foi de produtos, mas de migrantes dos países árabes mais pobres para os enriquecidos pelo petróleo. O movimento de migração iniciara-se na década de 1950, mas em fins da 1960 e na de 1970 o fluxo aumentou, por dois diferentes fatores. Por um lado, o imenso aumento nos lucros do petróleo e a criação de ambiciosos projetos de desenvolvimento elevaram a demanda de mão-de-obra nos estados produtores de petróleo, e cresceu o número desses estados; além da Argélia e do Iraque, nenhum deles tinha a força humana necessária, em vários níveis, para desenvolver seus recursos. Por outro lado, a pressão da população nos países mais pobres tornou-se maior, e as perspectivas de migração mais atrativas. Este foi particularmente o caso do Egito após 1967; houve pouco crescimento econômico, e o governo estimulou a mi-

gração no período da *infithah*. O que tinha sido basicamente um movimento de homens jovens educados tornava-se agora uma migração em massa de trabalhadores de todos os níveis de qualificação, para trabalhar não só no funcionalismo público e nas profissões liberais, mas como peões de obra ou no serviço doméstico. Em sua maior parte, foi um movimento de homens solteiros, ou, cada vez mais, de mulheres que abandonavam as famílias; mas os palestinos, tendo perdido suas casas, tendiam a mudar-se com famílias inteiras, e a instalar-se permanentemente nos países de migração.

As estimativas do número total de trabalhadores não podem ser precisas, mas no fim da década de 1970 pode ter havido até 3 milhões de migrantes árabes, talvez metade na Arábia Saudita, com grandes números também no Kuwait, nos outros estados do golfo Pérsico e na Líbia. O grupo maior, talvez um terço do número total, vinha do Egito, e um número semelhante dos dois Iêmens; 500 mil eram jordanianos ou palestinos (incluindo os dependentes dos trabalhadores), e números menores vinham da Síria, Líbano, Sudão, Tunísia e Marrocos. Também houve alguma migração entre os países mais pobres: à medida que os jordanianos se mudavam para o golfo Pérsico, egípcios tomavam seus lugares em algumas áreas da economia jordaniana.

O maior conhecimento de povos, costumes e dialetos trazido por essa migração em grande escala deve ter aprofundado o senso da existência de um único mundo árabe, dentro do qual os árabes podiam movimentar-se com relativa liberdade e entender-se uns aos outros. Não aumentou necessariamente, porém, o desejo de união mais estreita; havia também uma consciência das diferenças, e os migrantes sabiam que eram excluídos das sociedades locais para as quais se mudavam.

DESUNIÃO ÁRABE

Apesar do fortalecimento desses laços, na esfera política a principal tendência da década de 1970 foi mais para a diferença e mesmo hostilidade do que para uma maior união. Embora a personalidade de 'Abd al-Nasser tenha despertado hostilidades e levado a divisões entre estados árabes e a conflitos entre governos e povos, ainda assim gerou uma espécie de solidariedade, uma sensação de que havia uma nação árabe em construção. Durante os primeiros anos após a morte dele, alguma coisa disso continuou, e sua última manifestação foi na guerra de 1973, quando pareceu por um instante haver uma frente comum de estados árabes, independente da natureza de seus regimes. Mas a frente comum se desintegrou quase imediatamente; e embora ainda se discutissem e anunciassem de vez em quando tentativas de união entre dois ou mais estados árabes, a impressão geral que os estados árabes davam a seus povos e ao mundo no fim da década de 1970 era de fraqueza e desunião.

A fraqueza era mostrada mais obviamente em relação ao que os povos árabes encaravam como seu problema comum: o de Israel e o destino dos palestinos. Em fins da década de 1970, a situação nas regiões ocupadas por Israel na guerra de 1967 mudava rapidamente. A política de assentamento judeu, iniciada logo depois da guerra de 1967 por motivos em parte estratégicos, assumira um novo significado com a chegada ao poder em Israel do governo mais rigidamente nacionalista chefiado por Begin; o assentamento se fez em grande escala, com expropriação de terra e água dos habitantes árabes, e com o objetivo último de anexar essa área a Israel; a parte árabe de Jerusalém e a região de Golan conquistada à Síria foram na verdade formalmente anexadas. Diante de tais medidas, tanto os palestinos quanto os estados árabes pareceram impotentes. A OLP e seu dirigente, Yasser 'Arafat, podiam falar pelos palestinos nas áreas ocupadas e obter apoio internacional, mas não mudar a situação de qualquer modo apreciável. Nenhum dos caminhos de ação que, teoricamente, estavam abertos aos estados árabes parecia levar a parte alguma. A oposição ativa a Israel era impossível, em vista do poder armado superior dos israelenses, e dos interesses separados dos estados árabes, que eles não pareciam dispostos a pôr em perigo. O caminho tentado pelo Egito resultou numa retirada israelense do Sinai, mas logo se tornou claro que o Egito não obtivera suficiente influência sobre Israel para convencê-lo a mudar sua política, ou sobre os EUA para levá-los a opor-se mais à política israelense que de uma maneira formal.

A fraqueza militar, o crescimento de interesses separados e da dependência econômica, tudo levou a uma desintegração de qualquer frente comum que parecera existir até a guerra de 1973. A linha óbvia ao longo da qual ela se desintegrou foi a que dividia os estados cuja inclinação última eram os EUA, um compromisso político com Israel e uma economia livre capitalista, e os que se apegavam a uma política de neutralismo. Achava-se que entre os que estavam neste segundo campo incluíam-se a Argélia, Líbia, Síria, Iraque e Iêmen do Sul, juntamente com a OLP, formalmente encarada pelos estados árabes como tendo o *status* de um governo separado.

Na prática, porém, as linhas não eram tão claramente definidas, e alianças entre países individuais podiam atravessá-las. Dentro de cada campo, as relações não eram necessariamente claras ou fáceis. Entre os "pró-Occidente", a política independente adotada pelo Egito no trato com Israel causava hesitação e vexame, e praticamente todos os estados árabes cortaram formalmente relações com ele, embora não cortassem o fluxo de remessas de dinheiro dos migrantes para suas famílias. No outro campo, havia variadas relações com a outra superpotência; Síria, Iraque e Iêmen do Sul obtinham ajuda militar e econômica da URSS. Também havia um profundo antagonismo entre os dois regimes ba'athistas, da Síria e Iraque, causado por rivalidade pela liderança do que pareceu por um tempo ser um partido nacionalista poderoso e em expansão e por diferentes interesses entre países que tinham uma fronteira co-

mun e partilhavam o sistema de água do Eufrates. Além disso, havia um interminável atrito com a Líbia, cuja figura dominante, Kadhafi, parecia às vezes estar tentando tomar o manto de 'Abd al-Nasser, sem qualquer base de força, a não ser a que o dinheiro podia proporcionar.

Nesse período, houve três conflitos armados sérios, que afetaram gravemente as relações entre os estados árabes. O primeiro ocorreu no extremo oeste do mundo árabe. Referia-se a um território conhecido como Saara Ocidental, uma extensão ocidental escassamente povoada do deserto do Saara até a costa atlântica no sul do Marrocos. Fora ocupado e governado pela Espanha desde fins do século XIX, mas tinha pouca importância estratégica ou econômica até a descoberta na década de 1960 de importantes jazidas de fosfatos, que uma empresa espanhola extraía. Na década de 1970, o Marrocos começou a reivindicar a área, porque a autoridade do sultão tinha antes chegado até lá. A Espanha opunha-se a essas reivindicações, e também a Mauritânia, país imediatamente ao sul, que estivera sob domínio francês desde os primeiros anos do século XX, tornara-se independente em 1960 e também reivindicava parte do território. Após um longo processo diplomático, Espanha, Marrocos e Mauritânia chegaram a um acordo em 1975, pelo qual a Espanha se retiraria e o território seria dividido entre os outros dois. Mas isso não encerrou a crise; a essa altura, o povo do território tinha organizado seus próprios movimentos políticos, e após o acordo de 1975 um deles, conhecido pelo acrônimo de "Polisário", surgiu como oponente das reivindicações marroquinas e mauritanas e exigiu a independência. A Mauritânia desistiu de suas reivindicações em 1979, mas o Marrocos continuou envolvido numa longa luta com a Polisário, que tinha o apoio da Argélia, país que também dividia uma fronteira com o território e não queria ver a extensão do poder marroquino. Teve início um conflito que iria continuar, de uma forma ou de outra, por vários anos, e complicar as relações não apenas entre Marrocos e Argélia, mas também dentro das organizações das quais os dois faziam parte: a Liga Árabe e a Organização da Unidade Africana.

Outro conflito, que estourou no Líbano mais ou menos na mesma época, arrastou para si, de uma forma ou de outra, as principais forças políticas do Oriente Médio: os estados árabes, a OLP, Israel, a Europa Ocidental e as superpotências. Tinha origens em certas mudanças na sociedade libanesa que punham em questão o sistema político. Quando o Líbano se tornou independente, na década de 1940, incluiu três regiões com diferentes tipos de população e tradições de governo: a região do monte Líbano, com uma população sobretudo cristã maronita no norte e drusa e cristã no sul, as cidades litorâneas de população mista, muçulmana e cristã, e certas áreas rurais a leste e ao sul do monte Líbano, onde a população era basicamente muçulmana xiita. A primeira dessas áreas tinha uma longa tradição de administração separada sob seus próprios senhores, e depois como um distrito privilegiado do Império Otomano; a segunda e a terceira tinham sido parte integrante do

Império, e incorporadas ao Líbano pelo governo mandatário francês. O novo Estado tinha uma constituição democrática e, quando os franceses deixaram o país, houve um acordo entre os líderes dos maronitas e dos muçulmanos sunitas de que o presidente da República seria sempre maronita, o primeiro-ministro sunita, e outros postos do governo e da administração distribuídos entre as diferentes comunidades religiosas, mas de modo a preservar o poder efetivo em mãos cristãs.

Entre 1945 e 1958, o sistema conseguiu manter um equilíbrio e um certo grau de cooperação entre os líderes das diferentes comunidades, mas no período de uma geração suas bases começaram a se enfraquecer. Houve uma mudança demográfica: a população muçulmana cresceu mais rápido que a cristã, e na década de 1970 admitia-se em geral que as três comunidades coletivamente vistas como muçulmanas (sunitas, xiitas e drusos) eram maiores em número que as comunidades cristãs, e alguns de seus líderes mostravam-se menos dispostos a aceitar uma situação em que a presidência e o poder último ficavam nas mãos dos cristãos. Além disso, as rápidas mudanças econômicas no país e no Oriente Médio haviam levado à transformação de Beirute numa grande cidade, na qual metade da população do país vivia e mais da metade trabalhava. O Líbano tornara-se uma extensa cidade-Estado; precisava do controle de um governo forte e eficaz. O fosso entre ricos e pobres aumentara, e os pobres eram sobretudo muçulmanos sunitas ou xiitas; precisavam de uma redistribuição de riqueza, através de impostos e serviços sociais. Um governo baseado num frágil acordo entre líderes não estava em boa posição para fazer o que se exigia, pois só podia sobreviver se não seguisse qualquer política que perturbasse interesses poderosos.

Em 1958 o equilíbrio se desfez, e houve vários meses de guerra civil, que terminou com uma reassertão do equilíbrio sob o *slogan* "Não há vencedores, não há vencidos". Mas as condições subjacentes que haviam levado ao colapso continuaram existindo, e na década e meia seguinte acrescentou-se a elas um outro fator — o papel maior desempenhado pelo Líbano no confronto entre os palestinos e Israel. Depois que o poder da Fatah e outras organizações guerrilheiras na Jordânia foi quebrado em 1970, os principais esforços deles concentraram-se no sul do Líbano, cuja fronteira com Israel era a única através da qual podiam esperar operar com alguma liberdade, e com o apoio da grande população de refugiados palestinos. Isso causou alarme em importantes elementos entre os cristãos, e em particular no seu mais bem organizado partido político, o Kata'ib (Partido Falangista): tanto porque as atitudes palestinas no sul estavam levando a uma forte reação israelense, que podia ameaçar a independência do país, quanto porque a presença de palestinos dava apoio aos grupos, sobretudo muçulmanos e drusos, que queriam mudar o sistema político no qual o poder ficava sobretudo em mãos cristãs.

Em 1975 houve um perigoso confronto de forças, e cada protagonista encontrou armas e encorajamento no exterior: o Kata'ib e seus aliados em

Israel, os palestinos e seus aliados na Síria. A luta séria irrompeu na primavera daquele ano, e continuou, com altos e baixos, até fins de 1976, quando se chegou a uma trégua mais ou menos estável. A principal instigadora disso foi a Síria, que mudara a política durante o período da luta. Tinha apoiado os palestinos e seus aliados no início, mas depois aproximara-se do Kata'ib e seus aliados, quando eles pareciam em perigo de derrota: seu interesse estava basicamente em manter um equilíbrio de forças que contivesse os palestinos e lhes dificultasse seguir uma política no sul do Líbano que arrastasse a Síria a uma guerra com Israel. Para preservar esses interesses, enviou forças armadas ao Líbano, com uma certa aprovação dos outros estados árabes e dos EUA, e elas permaneceram lá após o fim da luta. Seguiram-se uns cinco anos de incômoda trégua. Grupos maronitas dominavam no norte, o exército sírio estava no leste, e a OLP dominava no sul. Beirute dividia-se entre uma parte oriental, controlada pelo Kata'ib, e uma parte ocidental, controlada pela OLP e seus aliados. A autoridade do governo quase deixara de existir. O poder incoerente da OLP no sul levava-a a um intermitente conflito com Israel, que em 1978 desencadeou uma invasão; foi detido por pressão internacional, mas deixou atrás um governo sob controle israelense numa faixa ao longo da fronteira. A invasão e a situação perturbada no sul levaram os habitantes xiitas da área a criar sua própria força política e militar, o Amal.

Em 1982, a situação adquiriu uma dimensão mais perigosa. O governo nacionalista em Israel, tendo assegurado a fronteira sul pelo tratado de paz com o Egito, tentava agora impor sua própria solução do problema dos palestinos. Isso envolveu uma tentativa de destruir o poder militar e político da OLP no Líbano, instalar um regime amistoso lá e depois, livre da resistência efetiva palestina, seguir sua política de assentamento e anexação da Palestina ocupada. Com certo grau de aquiescência dos EUA, Israel invadiu o Líbano em junho de 1982. A invasão culminou num longo sítio à parte ocidental de Beirute, habitada sobretudo por muçulmanos e dominada pela OLP. O sítio acabou com um acordo, negociado através do governo americano, pelo qual a OLP evacuaria Beirute Ocidental, com garantias de segurança para os civis palestinos dadas pelos governos libanês e americano. Ao mesmo tempo, uma eleição presidencial resultou em o chefe militar do Kata'ib, Bechar Gemayel, tornar-se presidente; ele foi assassinado logo depois, e seu irmão, Amin, foi eleito então. O assassinato foi tomado por Israel como uma oportunidade para ocupar Beirute Ocidental, e isso permitiu que o Kata'ib efetuasse um massacre de palestinos em larga escala nos acampamentos de refugiados de Sabra e Chatila.

A retirada da OLP, embora encerrasse a luta por algum tempo, fez o conflito passar para uma fase mais perigosa. O fosso entre grupos locais aumentou. O novo governo, dominado pelo Kata'ib e apoiado por Israel, tentou impor sua solução: concentração de poder em suas mãos, e um acordo pelo qual forças israelenses se retirariam em troca de um virtual controle político

e estratégico do país. Isso despertou forte oposição de outras comunidades, os drusos e xiitas, com apoio da Síria. Embora a invasão houvesse mostrado a impotência da Síria ou de outros países árabes para empreender uma ação combinada e efetiva, tropas sírias continuavam em partes do país, e a influência síria era forte junto aos que se opunham ao governo. A Síria e seus aliados podiam obter um certo apoio da URSS, enquanto os EUA estavam em posição de dar apoio tanto militar quanto diplomático ao Kata'ib e a seus arrimos israelenses. Como uma das condições sob as quais a OLP deixou Beirute, uma tropa militar com forte elemento americano fora enviada ao Líbano. Fora rapidamente retirada, mas retornou após o massacre de Sabra e Chatila. A partir desse momento, o componente americano na força multinacional foi aos poucos aumentando suas funções, de defesa da população civil para apoio ativo ao novo governo libanês e a um acordo libano-israelense que ajudou a negociar em 1983. Nos últimos meses daquele ano, a força estava empenhada em operações militares de apoio ao governo libanês, mas, após ataques aos *marines*, e sob pressão da opinião pública americana, retirou suas forças. Sem apoio efetivo americano ou israelense, e enfrentando forte resistência dos drusos, xiitas e da Síria, o governo libanês cancelou o acordo com Israel. Um dos resultados desse episódio foi o surgimento do Amal e outros grupos xiitas como grandes fatores na política libanesa. Em 1984, o Amal tomou o controle de fato de Beirute; foi em parte sob sua pressão que as forças israelenses se retiraram de todo o Líbano, com exceção de uma faixa ao longo da fronteira sul.

Um terceiro conflito nesses anos envolveu um estado árabe com um não-árabe, e ameaçou arrastar outros estados árabes; foi a guerra entre Iraque e Irã, que começou em 1980. Havia certas questões de fronteira em causa entre eles, que tinham sido resolvidas em favor do Irã em 1975, quando o xá estava no auge de seu poder no mundo. A revolução iraniana, e o período de confusão e aparente fraqueza que a seguiu deram ao Iraque a oportunidade de refazer o equilíbrio. Mas havia algo mais importante em causa. Q novo regime iraniano apelara aos muçulmanos em toda parte para que restaurassem a autoridade do Islã na sociedade, e talvez parecesse ter uma atração especial pela maioria xiita do Iraque; o regime iraquiano enfrentou um duplo desafio, como um governo nacionalista secular e como um governo dominado por muçulmanos sunitas. Em 1980, o exército iraquiano invadiu o Irã. Após seus primeiros sucessos, porém, não conseguiu ocupar parte alguma do país permanentemente, e depois de um tempo o Irã pôde tomar a ofensiva e invadir o Iraque. A guerra não cindiu a sociedade iraquiana, pois os xiitas do Iraque permaneceram pelo menos aquiescentes, mas de certa forma cindiu o mundo árabe. A Síria apoiou o Irã, por causa de seu próprio desacordo com o Iraque, mas a maioria dos outros estados deu apoio financeiro ou militar ao Iraque, porque uma vitória iraniana perturbaria o sistema político no golfo Pérsico e podia também afetar a ordem da sociedade em países onde o sentimento muçulmano, e sobretudo xiita, era forte.

A luta acabou chegando ao fim com um cessar-fogo negociado pelas Nações Unidas em 1988. Nenhum dos lados ganhou território, e os dois sofreram pesadamente em vidas humanas e recursos econômicos. Num certo sentido, porém, os dois resgataram alguma coisa: nenhum regime desmoronou sob a pressão da guerra, e a revolução iraniana não se espalhou para o Iraque ou o golfo Pérsico.

O fim da guerra entre Iraque e Irã abriu perspectivas de uma mudança nas relações entre estados árabes. Pareceu provável que o Iraque, com suas energias liberadas e com um exército bem treinado na guerra, fosse desempenhar um papel mais ativo em outras esferas: no golfo Pérsico, e na política geral do mundo árabe. Suas relações com o Egito e a Jordânia haviam sido fortalecidas pela ajuda que eles lhe tinham dado durante a guerra; as com a Síria estavam ruins, porque a Síria ajudara ao Irã, e como oponente da Síria o Iraque podia intervir mais ativamente nos emaranhados assuntos do Líbano.

O problema da Palestina também passou para uma nova fase em 1988. No fim do ano anterior, a população dos territórios sob ocupação israelense, a Margem Ocidental e Gaza, tinham explodido num movimento de resistência quase universal, às vezes pacífico, às vezes violento, embora evitando o uso de armas de fogo; a liderança local tinha ligações com a OLP e outras organizações. Esse movimento, a *intifada*, continuou por todo 1988, mudando as relações dos palestinos uns com os outros e com o mundo externo aos territórios ocupados. Revelou a existência de um povo palestino unido, e restabeleceu a divisão entre territórios sob ocupação israelense e o próprio Estado de Israel. O governo israelense, cada vez mais na defensiva contra críticas externas e diante de um público profundamente dividido, não conseguiu suprimir o movimento. O rei Hussein, da Jordânia, vendo-se incapaz de controlar o levante ou falar em nome dos palestinos, retirou-se da participação ativa na busca de um acordo. A OLP estava em posição de entrar no vácuo, mas sua própria natureza mudara. Tinha de levar em conta a opinião dos que se achavam nos territórios ocupados, e o desejo deles de encerrar a ocupação. O Conselho Nacional Palestino, órgão representativo dos palestinos, reuniu-se em Argel e apresentou uma carta proclamando a disposição de aceitar a existência de Israel e negociar um acordo final com ele. Esses fatos se davam num novo contexto: uma certa reasserção de unidade árabe em relação ao problema, a volta do Egito como participante ativo nos assuntos árabes, e uma mudança nas relações entre os Estados Unidos e a URSS. Os primeiros declararam sua disposição de conversar com a OLP pela primeira vez, e a última começou a intervir mais ativamente nos assuntos do Oriente Médio.

UMA PERTURBAÇÃO DE ESPÍRITOS (Depois de 1967)

DIVISÕES ÉTNICAS E RELIGIOSAS

Os conflitos no Líbano e Iraque mostraram como as inimizadas entre estados podiam facilmente entrelaçar-se com as de elementos discordantes dentro de um Estado. Nesse período, algumas das discórdias internas que existiam em todos os estados árabes tornaram-se mais significativas. No-Iraque, havia a oposição entre árabes e curdos. A minoria curda no nordeste do país há muito era negligenciada nas medidas de transformação social e econômica, executadas sobretudo em distritos perto das grandes cidades. Como habitantes de vales montanheses, ou membros de tribos nômades, os curdos não queriam controle estreito por burocracias urbanas; também foram afetados pela idéia de independência curda, que estava no ar desde o último período otomano. Desde a época do mandato britânico que havia revoltas curdas intermitentes, e elas tornaram-se mais persistentes e mais bem organizadas, e com mais apoio de estados hostis ao Iraque, desde a época da revolução de 1958. Durante alguns anos, a revolta teve apoio do Irã, mas este foi retirado quando os dois países chegaram a um acordo sobre várias questões em 1975. Depois disso acabou a revolta, e o governo tomou algumas medidas para dar às áreas curdas uma administração especial e um programa de desenvolvimento econômico, mas a situação continuou agitada, e a revolta ardeu mais uma vez em fins da década de 1980, durante a guerra entre o Iraque e o Irã.

Na Argélia, havia uma situação potencial semelhante. Parte da população das áreas das montanhas Atlas no Marrocos e Kabylia na Argélia era berbere, falando dialetos de uma língua diferente do árabe, e com uma longa tradição de organização e liderança locais. No período de domínio francês, o governo tendera a manter a diferença entre eles e os habitantes de língua árabe, em parte por motivos políticos, mas também por uma tendência natural das autoridades locais a preservarem a natureza especial das comunidades que governavam. Quando governos nacionalistas chegaram ao poder após

a independência, sua política foi de estender o controle do governo central e também o domínio da cultura árabe. No Marrocos, essa política foi fortalecida por dois fatores, a longa e poderosa tradição da soberania do sultão, e o prestígio da cultura árabe das grandes cidades; o berbere não era uma língua escrita de alta cultura, e à medida que as aldeias berberes entravam na esfera de radiação de vida urbana, tendiam a passar para a língua árabe. Na Argélia, porém, havia uma situação diferente: a tradição de cultura árabe era mais fraca, pois o país não tivera grandes cidades ou escolas, e a da cultura francesa mais forte, e parecendo oferecer uma visão alternativa do futuro. A autoridade do governo, também, não tinha raízes tão firmes; a pressão à legitimidade baseava-se em sua liderança na luta pela independência, e nessa luta os berberes de Kabylia tinham desempenhado parte integral.

Diferenças étnicas, portanto, podiam dar nova profundidade a diferenças de interesse, como o podiam as diferenças de religião. O exemplo do Líbano mostrou que uma luta pelo poder podia facilmente expressar-se em termos religiosos. No Sudão, havia uma situação análoga. Os habitantes das partes sul do país não eram árabes nem muçulmanos; alguns eram cristãos, convertidos por missionários durante o período de domínio britânico. Tinham lembranças de uma época em que estavam sujeitos a ataques do norte para captura de escravos, e após a independência, com o poder nas mãos de um grupo basicamente árabe e muçulmano, estavam apreensivos quanto ao futuro: o novo governo podia tentar estender o Islã e a cultura árabe para o sul, e cuidaria mais dos interesses de regiões perto da capital do que das mais distantes. Logo que o país se tornou independente, estourou uma revolta no sul, que continuaria até 1972, quando foi encerrada por um acordo que dava ao sul um considerável grau de autonomia. Tensões e suspeitas mútuas continuaram a existir, no entanto, e vieram à tona no início da década de 1980, quando o governo começou a seguir uma política mais explicitamente islâmica: uma revolta contra o domínio de Cartum continuou em larga escala por toda a década, e o governo não pôde nem suprimi-la nem chegar a termos com ela.

Uma situação de muito perigo e complexidade existia nos países com grandes populações xiitas: Iraque, Kuwait, Bahrain, Arábia Saudita, Síria e Líbano. Parecia provável que a revolução iraniana despertasse um mais forte senso de identidade xiita, e isso podia ter implicações políticas em países em que o governo estava firmemente nas mãos dos sunitas. Por outro lado, porém, um senso de nacionalidade ou de interesse econômico comuns podia atuar no sentido oposto. Na Síria, havia uma situação diferente, pelo menos temporariamente. O regime ba'athista que detinha o poder desde a década de 1960 tinha sido dominado desde 1970 por um grupo de oficiais e políticos, com Assad à frente, oriundo em grande parte da comunidade alawita, um ramo dissidente do xiismo; a oposição ao governo, portanto, tendia a assumir a forma de uma forte asserção do Islã sunita pelos Irmãos Muçulmanos ou organizações semelhantes.

Um fosso de outro tipo alargava-se na maioria dos países árabes — entre ricos e pobres. Evidentemente, sempre existira, mas assumiu um sentido diferente numa época de rápida transformação econômica. Foi um período mais de crescimento que de mudança estrutural fundamental. Sobretudo devido ao aumento dos lucros com o petróleo, a taxa de crescimento foi alta não apenas nos países produtores de petróleo, ~~mas também em outros~~, que lucravam com empréstimos e doações, investimentos e remessas de dinheiro dos trabalhadores migrantes. A taxa anual na década de 1970 foi de mais de 10% nos Emirados Árabes e na Arábia Saudita, 9% na Síria, 7% no Iraque e na Argélia, 5% no Egito. Mas o crescimento não se deu por igual em todos os setores da economia. Grande parte do aumento das receitas do governo foi gasta na aquisição de armamentos (sobretudo dos EUA e da Europa) e na expansão da máquina administrativa; o setor da economia que mais rapidamente cresceu foi o de serviços, em particular o funcionalismo público; em 1976 os funcionários públicos compunham 13% da população economicamente ativa do Egito. O outro campo importante de expansão foi o da indústria de consumo: têxteis, processamento de alimentos e construção. Essa expansão foi encorajada por dois fatos do período: o afrouxamento, na maioria dos países, das restrições à empresa privada, que resultou na proliferação de pequenas empresas, e o imenso aumento no volume de remessas dos migrantes. Em 1979, o volume total destas estava na faixa de 5 bilhões de dólares por ano; eram encorajadas pelos governos, porque aliviavam o problema da balança de pagamentos, e usadas em grande parte para imóveis e bens de consumo duráveis.

No todo, os investidores privados não tinham motivo para aplicar seu dinheiro em indústria pesada, em que tanto as despesas de capital como os riscos eram altos, e o investimento estrangeiro nela também era limitado. Praticamente as únicas indústrias pesadas ~~novas foram aquelas em que os governos escolheram investir, quando tinham os recursos necessários~~. Várias das empresas produtoras de petróleo tentaram desenvolver indústrias petroquímicas, e também de aço e alumínio; no todo, os avanços foram em maior escala do que os justificáveis pelas dimensões do mercado. Os planos industriais mais ambiciosos foram na Arábia Saudita, onde se construíram dois grandes complexos, um na costa do mar Vermelho e outro na costa do golfo Pérsico e na Argélia. Sob Boumediene, a política do governo argelino foi de dedicar a maior parte de seus recursos a indústrias pesadas como aço, e a indústrias que envolvessem alta tecnologia, com a esperança de tornar o país independente dos poderosos países industriais, e depois, num estágio posterior, usar a nova tecnologia e os produtos da indústria pesada para desenvolver a agricultura e a produção de bens de consumo. Após a morte de Boumediene em 1979, porém, essa política foi mudada, e deu-se maior ênfase à agricultura e aos serviços sociais.

Quase em toda parte o setor mais negligenciado foi a agricultura. A principal exceção foi a Síria, que dedicou mais da metade de seu investimento à agricultura, e em particular à barragem de Tabqa, no Eufrates, iniciada em 1968 com a ajuda da URSS, e que no fim da década de 1960 produzia energia hidrelétrica, além de permitir a extensão da irrigação no vale do rio. O resultado dessa negligência geral da agricultura foi que, embora grande parte da população de cada país ~~vivesse nas aldeias, a produção agrícola não cresceu na maioria dos países, e em alguns declinou~~. Na Arábia Saudita, 58% da população economicamente ativa vivia no campo, mas produzia apenas 10% do produto interno bruto. As circunstâncias ali eram excepcionais, devido à avassaladora importância da produção de petróleo, mas no Egito as proporções não eram muito diferentes: 52% viviam no campo e produziam 28% do PNB. No fim da década de 1970, uma grande proporção dos alimentos consumidos nos países árabes era importada.

O crescimento econômico não elevou tanto o padrão de vida quanto se podia esperar, porque a população cresceu mais rápido que nunca, e porque os sistemas políticos e sociais da maioria dos países árabes não proporcionavam uma distribuição mais justa dos ganhos da produção. Tomando-se os países árabes como um todo, a população total, que tinha sido de 55-60 milhões em 1930 e aumentado para uns 90 milhões em 1960, atingira cerca de 179 milhões em 1979. A taxa de crescimento natural na maioria dos países ficou entre 2% e 3%. O motivo para isso não estava basicamente no aumento de nascimentos; na verdade, a taxa de natalidade se achava em declínio, à medida que o controle da natalidade se espalhava e as condições urbanas levavam os jovens a casar-se mais tarde. O principal motivo foi um aumento na expectativa de vida, e em particular o declínio da mortalidade infantil.

Como antes, o crescimento da população inchou as cidades, tanto porque o aumento natural da população urbana foi mais alto que antes, com a melhoria das condições de saúde, como por causa da imigração vinda do campo. Em meados da década de 1970, mais ou menos metade da população da maioria dos países árabes vivia em cidades: mais de 50% no Kuwait, Arábia Saudita, Líbano, Jordão e Argélia, e entre 40% e 50% no Egito, Tunísia, Líbia e Síria. O aumento se deu tanto nas menores cidades quanto nas maiores, mas foi mais visível nas capitais e principais centros de comércio e indústria. Em meados da década de 1970 havia oito cidades árabes com populações de mais de 1 milhão: o Cairo tinha 6,4 milhões de habitantes e Bagdá 3,8 milhões.

A natureza do crescimento econômico, e da rápida urbanização, levou a uma maior e mais óbvia polarização da sociedade do que a que havia antes. Os beneficiários do crescimento foram no primeiro caso os membros dos grupos dominantes, oficiais do exército, autoridades do governo dos mais altos escalões, técnicos, homens de negócio empenhados na construção, importação e exportação, ou indústrias de consumo, ou tendo alguma ligação com

empresas multinacionais. Os trabalhadores industriais qualificados também anealharam alguns benefícios, sobretudo onde as circunstâncias políticas lhes permitiram organizar-se de fato. Outros segmentos da população beneficiaram-se menos ou absolutamente nada. Nas cidades, havia uma população de pequenos empregados, pequenos comerciantes e os dedicados ao serviço dos ricos, e em torno deles havia uma população flutuante maior, dos empregados no "setor informal", como vendedores ambulantes ou biscoiteiros, ou sem emprego algum. No campo, os proprietários rurais médios ou grandes nos países onde não houve reforma agrária puderam cultivar lucrativamente sua terra, porque tinham acesso ao crédito, mas os camponeses mais pobres, que possuíam pouca terra ou nenhuma, dificilmente podiam esperar melhorar sua posição. Os trabalhadores migrantes nos países produtores de petróleo podiam ganhar mais do que esperariam em seus próprios países, mas não tinham segurança e nenhuma possibilidade de melhorar sua posição por uma ação concertada. Podiam ser afastados à vontade, pois havia outros à espera de seus lugares. No fim da década de 1970, estavam mais vulneráveis ainda, já que muitos deles não vinham mais de países árabes, mas eram trazidos temporariamente e por contrato de mais a leste — do sul da Ásia, Tailândia, Malásia, Filipinas ou Coreia.

Alguns governos, sob a influência de idéias correntes no mundo externo, criavam agora serviços sociais que resultavam numa certa redistribuição de renda: habitação popular, serviços de saúde e educação, e sistemas de seguro social. Nem toda a população podia beneficiar-se deles, mesmo nos países mais ricos. No Kuwait, todos os kuwaitianos aproveitavam-nos inteiramente, mas a parte não kuwaitiana da população muito menos; na Arábia Saudita, as grandes cidades tinham suas favelas em torno, e as aldeias não eram ricas. A situação era mais difícil nas grandes cidades que tinham crescido rapidamente com a imigração e o aumento natural. Se as favelas ali estavam sendo eliminadas, as habitações baratas que as substituíam não eram necessariamente muito melhores, sem as instalações e o senso de comunidade que podia haver numa favela. As instalações de transporte público eram deficientes em quase toda parte, e havia uma nítida distinção entre os que tinham transporte privado e os que não. Na maioria das cidades, os sistemas de água e esgoto haviam sido construídos para comunidades menores, e não podiam arcar com as demandas da população maior; no Cairo, o sistema de esgoto praticamente entrara em colapso. No Kuwait e na Arábia Saudita, o problema do abastecimento de água era enfrentado pela dessalinização da água do mar, um método dispendioso mas eficaz.

MULHERES NA SOCIEDADE

Esse foi também um período em que outro tipo de relacionamento dentro da sociedade se tornou um problema explícito. O papel da mulher, que se

transformava, e mudanças na estrutura da família suscitaram questões não apenas para os homens que desejavam criar uma comunidade nacional forte e saudável, mas para as mulheres conscientes de sua posição como mulheres.

Nas gerações passadas, haviam ocorrido várias mudanças que iriam afetar a posição das mulheres na sociedade. Uma delas foi a disseminação da educação: em todos os países, mesmo nas sociedades mais conservadoras da península Arábica, as meninas agora iam para a escola. No nível primário, em alguns países havia quase tantas meninas quanto meninos nas aulas: nos níveis superiores, a proporção crescia rápido. O grau de alfabetização entre as mulheres também aumentava, embora ainda fosse menor que entre os homens; em alguns países, praticamente todas as mulheres da geração mais jovem eram alfabetizadas. Em parte por este motivo, mas também por outros, a gama de trabalho para as mulheres se alargara. No campo, quando os homens migravam para as cidades ou para os países produtores de petróleo, as mulheres muitas vezes cuidavam da terra e do gado enquanto os homens da família estavam fora. Na cidade, fábricas modernas empregavam mulheres, mas aí o trabalho era precário; elas eram empregadas quando havia escassez de homens, e em condições de depressão ou superemprego eram as primeiras a ser demitidas. As mulheres não qualificadas tinham mais probabilidade de encontrar trabalho como empregadas domésticas; eram basicamente jovens solteiras das aldeias. As mulheres educadas trabalhavam em números crescentes nas repartições públicas, sobretudo em cargos secretariais, e havia um número cada vez maior de mulheres profissionais liberais: advogadas, médicas e assistentes sociais. Em alguns países, havia um número pequeno mas crescente de mulheres nos altos níveis de responsabilidade no governo; isso se dava em particular em países como a Tunísia, Iêmen do Sul e Iraque, que faziam um esforço deliberado para romper com o passado e criar uma "sociedade moderna". Apesar dessas mudanças, porém, só uma pequena proporção de mulheres era empregada fora de casa, e em quase todos os níveis elas ficavam em desvantagem na competição com os homens.

As condições de vida na cidade e o trabalho fora de casa tiveram um certo efeito sobre a vida da família e o lugar das mulheres nela. Na aldeia, a migração dos trabalhadores significou que a esposa tinha maiores responsabilidades pela família e precisava tomar uma gama de decisões que antes caberiam ao marido. Na cidade, a família ampliada talvez não tivesse a mesma realidade da aldeia; a esposa podia não mais viver numa grande comunidade feminina de irmãs e primas, sob o domínio da sogra; maridos e esposas eram lançados mais diretamente em contato uns com os outros; as crianças podiam não ser mais educadas para a vida social dentro da grande família, e ser formadas tanto pela escola e a rua quanto pelo lar. O comércio de idéias e a ampliação dos serviços médicos levaram à disseminação do anticoncepcional; as famílias urbanas, por necessidade econômica e devido a novas possibilidades, tendiam a ser menores que as rurais. Em virtude da educação e

do emprego, as moças casavam-se mais ou menos aos vinte anos, e não em meados da adolescência. Na rua e no local de trabalho, o isolamento rompia-se inevitavelmente. Não apenas o véu era menos comum do que antes, como desapareciam outras formas de separação de homens e mulheres. Na Arábia Saudita, tentava-se impedir isso: em geral, ainda se usava o véu nas ruas, a educação era estritamente segregada, e definiu-se uma esfera de trabalho separado para as mulheres — podiam trabalhar como professoras, ou em clínicas femininas, mas não em repartições públicas ou outros lugares onde pudessem misturar-se com homens.

Essas mudanças se davam, porém, dentro de um esquema legal e ético ainda em grande parte intocado, e que mantinha o primado do homem. Na verdade, faziam-se algumas alterações no modo como se interpretavam as leis islâmicas de *status* pessoal. Entre os países árabes, só a Tunísia abolira a poligamia, mas ela se tornava mais rara em toda parte. Em alguns países, por exemplo Tunísia e Iraque, tornara-se mais fácil a mulher pedir a dissolução do casamento, mas em toda parte manteve-se o direito de o marido divorciar-se da esposa sem apresentar motivos, e sem processo legal; também permaneceu intocado o direito do marido divorciado à custódia dos filhos após uma certa idade. Em alguns países, a idade mínima para o casamento foi elevada. Em alguns, as leis de herança eram igualmente reinterpretadas, mas em nenhum havia uma lei de herança secular. Menos ainda havia algum país árabe introduzido leis seculares de *status* pessoal em substituição às oriundas da *charia*, como acontecera na Turquia.

Mesmo quando as leis mudaram, os costumes sociais não mudaram necessariamente com elas. As novas leis nem sempre podiam ser impostas, sobretudo quando iam contra costumes sociais profundamente arraigados que afirmavam e preservavam o domínio do homem. Que as meninas deviam casar cedo, que seus casamentos fossem arranjados pela família, e que as esposas pudessem ser facilmente repudiadas eram idéias firmemente enraizadas, preservadas pelas próprias mulheres; a mãe e a sogra eram muitas vezes pilares do sistema. Um grande número de mulheres ainda aceitava o sistema em princípio, mas tentava conseguir para si uma melhor posição dentro dele pela manipulação mais ou menos sutil de seus homens. A atitude delas foi expressa, por exemplo, nos contos de uma escritora egípcia, Alifa Rifaat, descrevendo mulheres muçulmanas cujas vidas ainda eram pontilhadas pelo chamado do minarete para as cinco preces diárias:

Ela [...] levou a mão aos lábios, beijando-a na frente e nas costas em agradecimento à generosidade d'Ele. Lamentava só poder dar graças a Seu Criador através daqueles gestos, e de umas poucas e simples súplicas ditas. Durante a vida de Ahmed, ela ficava de pé às suas costas quando ele fazia as preces, seguindo os movimentos quando ele se curvava e depois se prostrava, ouvindo reverentemente as palavras que ele recitava e sabendo que quem se põe de pé atrás de um homem que conduz as preces, e segue seus movimentos, faz também as preces [...] com a morte dele, ela desistira de fazer as preces regulares.¹

Um número crescente de mulheres, porém, não aceitava o sistema e exigia o direito de definir sua identidade e fazer mudanças, em seu *status* social, que refletissem essa nova definição. Ainda não estavam em posição de poder; as mulheres ministras ou membros do Parlamento pouco mais eram que meros símbolos de mudança. Suas opiniões eram expressas através de organizações femininas e na imprensa. Além das romancistas, havia várias escritoras polêmicas bastante conhecidas, cujas obras eram amplamente difundidas, tanto nos países árabes quanto no mundo externo, em traduções. A marroquina Fatima Mernissi, em *Além do véu*, afirmava que a desigualdade sexual se baseava, ou pelo menos se justificava, numa visão especificamente islâmica das mulheres como donas de um perigoso poder que devia ser contido; era, segundo ela, uma visão incompatível com as necessidades de um país independente no mundo moderno.

Houve, é verdade, um fenômeno de fins da década de 1970 e início da de 1980 que poderia parecer mostrar uma tendência contrária. Nas ruas e locais de trabalho, e em particular nas escolas e universidades, uma crescente proporção de moças cobria os cabelos, senão o rosto, e evitava misturar-se social e profissionalmente com os homens. Pelo que poderia parecer um paradoxo, isso era mais um sinal de afirmação de sua identidade que do poder do homem. As que tomavam esse caminho muitas vezes não vinham de famílias onde a segregação era a regra, mas faziam isso como um ato de escolha deliberada, resultante de uma certa visão do que devia ser uma sociedade islâmica, e em certa medida influenciada pela revolução iraniana. Quaisquer que fossem os motivos dessa atitude, porém, a longo prazo tendia a reforçar uma visão tradicional do lugar das mulheres na sociedade.

UMA HERANÇA E SUA RENOVACÃO

Os acontecimentos de 1967, e os processos de mudança que os seguiram, tornaram mais intensa essa perturbação dos espíritos, esse senso de um mundo que dera errado, que já se expressara na poesia das décadas de 1950 e 1960. A derrota de 1967 foi amplamente encarada como não apenas um revés militar, mas uma espécie de julgamento moral. Se os árabes tinham sido derrotados tão rápida, completa e publicamente, não seria isso um sinal de que havia alguma coisa de podre em suas sociedades e no sistema moral que elas expressavam? A heróica era de luta pela independência acabara; essa luta não mais podia unir os países árabes, nem o povo de nenhum deles, e os fracassos e deficiências não mais podiam ser atribuídos tão inteiramente como antes ao poder e intervenção do estrangeiro.

Entre homens e mulheres educados e de reflexão, havia uma crescente consciência das vastas e rápidas mudanças em suas sociedades, e das maneiras como sua própria posição era afetada por elas. O aumento da população,

o crescimento das cidades, a disseminação da educação popular e os meios de comunicação traziam uma nova voz à discussão das questões públicas, uma voz que expressava suas convicções, queixas e esperanças, numa linguagem tradicional. Isso, por sua vez, despertava a consciência, entre os educados, de um fosso entre eles e as massas, e dava origem a um problema de comunicação: como podia a elite educada falar às massas em nome delas? Por trás disso havia outro problema, o da identidade: qual era o laço moral entre eles, em virtude do qual podiam afirmar ser uma sociedade e uma comunidade política?

Em grande parte, o problema de identidade expressava-se em termos do relacionamento entre a herança do passado e as necessidades do presente. Deviam os povos árabes trilhar um caminho traçado para eles de fora, ou poderiam encontrar em suas próprias crenças e cultura herdada os valores que lhes dariam uma direção no mundo moderno? Essa questão tornava claro o estreito relacionamento entre o problema de identidade e o de independência. Se os valores pelos quais a sociedade devia viver fossem trazidos de fora, isso não implicaria uma permanente dependência do mundo externo, e mais especificamente da Europa e da América do Norte, e não poderia a dependência cultural trazer consigo a dependência econômica e política também? A questão foi discutida com vigor pelo economista egípcio Galal Amim (n. 1935) em *Milnat al-iqtisad wa'l-thaqafa fi Misr* (O estado da economia e da cultura no Egito), um livro que tentava estabelecer as ligações entre a *infithar* e a crise da cultura. Ele afirmava que os egípcios e outros povos árabes haviam perdido a confiança em si mesmos. A *infithar*, e na verdade todo o movimento de fatos desde a revolução egípcia de 1952, haviam-se apoiado numa base falsa: os falsos valores de uma sociedade de consumo na vida econômica, a dominação de uma elite governante em vez de uma verdadeira lealdade patriótica. Os egípcios importavam qualquer coisa que os ocidentais os convencessem de que deviam precisar, e isso representava uma permanente dependência. Para ser saudável, a vida política e econômica deles devia derivar de seus próprios valores morais, que só podiam eles próprios basear-se na religião.

De uma maneira mais ou menos semelhante, outro escritor egípcio, Hasan Hanafi, escreveu sobre a relação entre a herança e a necessidade de renovação. Os árabes, como outros seres humanos, tinham sido apanhados numa revolução econômica, que não podia prosseguir se não houvesse uma "revolução humana". Isso não implicava o abandono da herança do passado, pela qual os árabes não eram menos responsáveis do que o eram por "povo, terra e riqueza", mas antes devia ser interpretada "de acordo com as necessidades da época", e transformada numa ideologia que desse origem a um movimento político. A cega adesão à tradição e a cega inovação eram ambas incorretas, a primeira porque não tinha respostas para os problemas do presente, a última porque não podia mover as massas, por ser expressa numa linguagem estranha à que elas entendiam. O que se precisava era de uma reforma do pensa-

mento religioso que desse às massas do povo uma nova definição de si mesmas, e um partido revolucionário que criasse uma cultura nacional e com isso mudasse os modos de comportamento coletivo.

Grande parte do pensamento árabe contemporâneo revolveia em torno desse dilema de passado e presente, e alguns escritores fizeram ousadas tentativas de resolvê-lo. A resposta dada pelo filósofo sírio Sadiq Jalal al-'Azam (n. 1934) vinha de uma total rejeição do pensamento religioso. Ele afirmava que esse pensamento era falso em si, e incompatível com o pensamento científico autêntico, em sua visão do que era o conhecimento e em seus métodos de chegar à verdade. Não havia como conciliá-los; era impossível acreditar na verdade literal do Corão, e se se descartassem partes dele, aí a alegação de que era a Palavra de Deus teria de ser rejeitada. O pensamento religioso era não apenas falso, mas também perigoso. Apoiava a ordem existente da sociedade e os que a controlavam, e assim impedia um verdadeiro movimento de liberação social e política.

Poucos outros escritores teriam adotado essa posição, porém mais generalizada foi uma tendência a resolver o corpo de crença religiosa num conjunto de cultura herdada, e assim transformá-lo numa matéria de tratamento crítico. Para o tunisiano Hisham Djaït (n. 1935), a identidade nacional não podia ser definida em termos de cultura religiosa. Na verdade essa cultura devia ser preservada; a visão da vida humana mediada através do Profeta Maomé, o amor e a lealdade que se haviam reunido em torno dele no correr dos séculos deviam ser prezados e protegidos pelo Estado. As instituições e leis sociais, porém, deviam ser inteiramente separadas da religião e baseadas em princípios "humanísticos"; o cidadão individual devia ter a liberdade de abandonar essa fé herdada, se assim o desejasse.

Somos a favor do laicismo, mas um laicismo que não seja hostil ao Islã, e não extraia sua motivação do sentimento antiislâmico. Em nossa angustiada jornada, preservamos a essência mesma da fé, uma profunda e inerradicável ternura por essa religião que iluminou nossa infância e foi nosso primeiro guia para o Bem e a descoberta do Absoluto [...] Nosso laicismo encontra seus limites no reconhecimento da relação essencial entre o Estado, certos elementos de comportamento moral e social, a estrutura da personalidade coletiva e a fé islâmica, e em sermos a favor da manutenção dessa fé e de sua reforma. Não se deve fazer a reforma em oposição à religião, mas fazê-la ao mesmo tempo pela religião, na religião e independentemente dela.²

Para outro escritor do Magreb, Abdullah Laroui, era essencial uma redefinição tanto do passado quanto do presente. O que se precisava era de uma verdadeira compreensão histórica, "tomar posse de nosso passado", por meio de uma compreensão da causalidade, do modo como as coisas se desenvolviam umas a partir das outras. Além disso, era necessário um verdadeiro "historicismo": quer dizer, uma disposição de transcender o passado, tomar

o que fosse necessário dele, por meio de uma "crítica radical da cultura, língua e tradição", e usá-lo para criar um novo futuro. Esse processo de entendimento crítico não podia por si só dar uma direção para o futuro. Precisava ser orientado pelo pensamento vivo da época, e em particular pelo marxismo, corretamente compreendido; com seu senso de que a história tinha uma direção e movia-se em estágios para uma meta, ele podia proporcionar as perspectivas pelas quais se poderia incorporar o passado num novo sistema de pensamento e ação.³

Na outra ponta do espectro, estavam aqueles que acreditavam que a herança islâmica em si podia oferecer a base para a vida no presente, e que só ela podia fazer isso, porque derivava da Palavra de Deus. Essa foi uma atitude expressa em termos cada vez mais definidos por alguns dos ligados aos Irmãos Muçulmanos no Egito e em outras partes. Na década de 1960, houve uma certa polarização nesses movimentos; alguns dos líderes e membros estavam dispostos a fazer um acordo com os detentores do poder e a aceitar os regimes existentes, pelo menos no presente, na esperança de que isso lhes desse influência na política. Outros, porém, moveram-se no sentido oposto: uma total rejeição de todas as formas de sociedade que não a inteiramente islâmica. Numa obra publicada antes, em 1964, *Ma'alim fi'l-tariq* (Sinalizações na estrada), Sayyid Qutb definira a verdadeira sociedade islâmica em termos radicais. Era aquela que aceitava a soberana autoridade de Deus; quer dizer, que encarava o Corão como fonte de toda orientação da vida humana, porque só ele podia dar origem a um sistema de moralidade e lei correspondente à natureza da realidade. Todas as outras eram sociedades de *jahiliyya* (ignorância da verdade religiosa), quaisquer que fossem seus princípios: comunistas, capitalistas, nacionalistas, baseados em outras religiões, falsas, ou dizendo-se muçulmanas mas não obedecendo à *charia*:

A liderança do homem ocidental no mundo humano está chegando ao fim, não porque a civilização ocidental esteja em bancarrota material ou tenha perdido sua força econômica ou militar, mas porque a ordem ocidental já cumpriu sua parte, e não mais possui aquele acervo de "valores" que lhe deu sua predominância [...]. A revolução científica concluiu seu papel, como concluíram o "nacionalismo" e as comunidades territorialmente limitadas que surgiram em sua época... Chegou a vez do Islã.⁴

A estrada para a criação de uma sociedade realmente muçulmana, declarou Sayyid Qutb, começava com a convicção individual, transformada em imagem viva no coração e encarnada num programa de ação. Os que aceitavam esse programa formariam uma vanguarda de combatentes dedicados, usando todos os meios, inclusive a *jihad*, que só devia ser empreendida quando os combatentes atingissem a pureza interna, mas devia então ser travada, se necessário, não apenas para defesa, mas para destruir todo culto de falsos deuses e remover todos os obstáculos que impediam os homens de aceitarem

o Islã. A luta devia visar a criar uma sociedade muçulmana universal, em que não houvesse distinções de raça, e que fosse mundial. "A era ocidental acabou": não podia oferecer os valores necessários para sustentar a nova civilização material. Só o Islã oferecia esperança ao mundo.

As implicações desse pensamento, se levado a sério, eram de longo alcance. Levou a parte dos Irmãos Muçulmanos que apoiava Sayyid Qutb à oposição ao regime de 'Abd al-Nasser; o próprio Qutb foi preso, julgado e executado em 1966. Na década seguinte, grupos saídos dos Irmãos seguiram literalmente sua doutrina de que o primeiro estágio para a criação de uma sociedade islâmica era retirar-se da sociedade da *jahiliyya*, viver segundo a *charia*, purificar o coração e formar o núcleo de combatentes dedicados. Esses grupos estavam preparados para a violência e o martírio; isso foi demonstrado quando membros de um deles assassinaram Sadat em 1981, e quando os Irmãos Muçulmanos na Síria tentaram derrubar o regime de Hafiz al-Assad no ano seguinte.

Em algum ponto do meio do espectro, estavam aqueles que continuavam a acreditar que o Islã era mais que uma cultura: era a Palavra de Deus revelada, mas devia ser entendida corretamente, e a moralidade social e a lei dela derivada podiam ser adaptadas para fazer dela a base moral de uma sociedade moderna. Houve muitas formas dessa atitude reformista. Conservadores da escola wahabita, na Arábia Saudita e em outras partes, acreditavam que o código de lei existente podia ser lenta e cautelosamente modificado para um sistema adequado às necessidades da vida moderna; alguns achavam que só o Corão era sagrado, e podia ser livremente usado como base da nova lei; alguns acreditavam que a verdadeira interpretação do Corão era a dos sufistas, e que uma devoção mística privada era compatível com a organização da sociedade em linhas mais ou menos seculares.

Fizeram-se umas poucas tentativas de mostrar como o novo sistema moral e legal podia ser deduzido do Corão e do Hadith, de uma maneira responsável mas ousada. No Sudão, Sadiq al-Mahdi (n. 1936), bisneto do líder político, afirmava que era necessário um novo tipo de pensamento religioso que extraísse do Corão e do Hadith uma *charia* adaptada às necessidades do mundo moderno. Talvez a tentativa mais cuidadosamente elaborada de declarar os princípios de uma nova jurisprudência tenha vindo de fora do mundo árabe, do estudioso paquistanês Fazlur Rahman (1919-88). Num esforço para oferecer um antídoto ao "pânico espiritual" dos muçulmanos no presente, ele sugeriu um método de exegese corâmica que seria, afirmava, fiel ao espírito do Islã mas satisfaria as necessidades da vida moderna. O Corão era "uma resposta divina, através da mente do Profeta, à situação moral e social da Arábia do Profeta". Para aplicar sua doutrina à situação moral e social de uma época diferente, era necessário extrair dessa "resposta divina" o princípio geral nela inerente. Podia-se fazer isso estudando as circunstâncias específicas em que a resposta fora revelada, e à luz de uma compreensão do Co-

rão como uma unidade. Assim que se extraísse o princípio geral, devia-se usá-lo com uma compreensão igualmente clara e meticulosa da situação particular em relação à qual se precisava de orientação. Assim, a interpretação correta do Islã era a histórica, passando com precisão do presente para o passado e tornando a voltar, e isso exigia um novo tipo de educação religiosa.⁵

A ESTABILIDADE DOS REGIMES

Um observador dos países árabes na década de 1980 teria encontrado sociedades em que os laços de cultura, fortes e talvez tornando-se ainda mais fortes, não tinham dado origem a uma unidade política; em que a riqueza crescente, desigualmente distribuída, levava a alguns tipos de crescimento econômico, mas também a um fosso maior entre os que mais lucravam com ela e os que não lucravam nada, nas inchadas cidades e no campo; nas quais algumas mulheres se tornavam mais conscientes de sua posição subordinada nos mundos privado e público; em que as massas urbanas questionavam a justiça da ordem social e a legitimidade de governos das profundezas de sua própria cultura herdada, e a elite educada mostrava uma maior perturbação espiritual.

O observador também notaria, porém, uma outra coisa que, em qualquer circunstância, poderia tê-lo surpreendido: a aparente estabilidade dos regimes políticos. Embora os países árabes fossem muitas vezes julgados politicamente instáveis, na verdade houve pouca mudança na natureza geral dos regimes ou na orientação política desde fins da década de 1960, embora tivesse havido mudanças de pessoal. Na Arábia Saudita, nos estados do golfo Pérsico, na Jordânia, na Tunísia e no Marrocos, não houve mudança substancial por uma geração ou mais. Na Argélia, a mudança de fato ocorreu em 1965; na Líbia, Sudão, Iêmen do Sul e Iraque, o grupo que iria ficar no poder até a década de 1980 tomara o poder em 1969, e na Síria em 1970; também no Egito, a mudança de 'Abd al-Nasser para Sadat em 1970, que poderia a princípio ter parecido uma troca de pessoas dentro de um grupo governante continuado, logo revelou assinalar uma mudança de direção. Só em três países foram os anos 70 uma década de perturbação: no Iêmen do Sul, houve conflitos dentro do partido governante; no Iêmen do Norte, ocorreu uma mudança de regime meio inconclusiva em 1974; e no Líbano, que permaneceu em estado de guerra civil e perturbação de 1975 em diante.

O aparente paradoxo de regimes estáveis e duradouros em sociedades profundamente perturbadas era digno de consideração, embora no fim pudesse revelar não ser um paradoxo. Tomando e adaptando uma idéia de Ibn Khaldun, podia-se sugerir que a estabilidade de um regime político dependia de uma combinação de três fatores. Era estável quando um grupo governante coeso podia ligar seus interesses aos de elementos poderosos na sociedade,

e quando essa aliança de interesses se expressasse numa idéia política que tornasse legítimo o poder dos governantes aos olhos da sociedade, ou pelo menos de uma parte significativa dela.

A coesão e persistência dos regimes podiam ser explicadas em parte de maneiras óbvias. Os governos agora tinham à sua disposição meios de controle e repressão que não tinham no passado: serviços de inteligência e segurança, exércitos, em alguns lugares forças mercenárias recrutadas de fora. Se desejassem, e se os instrumentos de repressão não se quebrassem em suas mãos, podiam esmagar qualquer movimento de revolta, a qualquer custo; o único limite era imposto pelo fato de que esses instrumentos não eram inteiramente passivos e podiam ser virados contra os governantes ou dissolver-se, como aconteceu no Irã diante do generalizado levante popular em 1979-80. Tinham também, sobre toda a sociedade, um controle direto que nenhum governo tivera no passado. Primeiro os reformadores otomanos, depois os governantes coloniais europeus haviam estendido o poder do governo muito além das cidades e os interiores delas dependentes, penetrando nas partes mais remotas do campo, dos vales montanhosos e estepes. No passado, a autoridade fora exercida nessas partes mais distantes através da manipulação política de poderes intermediários, senhores nos vales, chefes tribais ou linhagens de santos; agora, era exercida por controle burocrático direto, que estendia a mão do governo a toda aldeia e quase toda casa ou tenda; e aonde o governo chegava, não se preocupava apenas, como no passado, em defender as cidades, estradas e fronteiras e levantar impostos, mas com todas as tarefas que os governos modernos realizam: recrutamento, educação, saúde, serviços públicos e o setor público da economia.

Mas além desses motivos óbvios para a força dos governos havia outros. Os grupos dominantes tinham conseguido criar e manter sua própria *'asabiyya*, ou solidariedade, dirigida para a aquisição e manutenção do poder. Em alguns países — Argélia, Tunísia, Iraque — essa era a solidariedade de um partido. Em outros, era a de um grupo de políticos mantidos juntos por laços estabelecidos no início da vida e fortalecidos por uma experiência comum, como aconteceu com os militares políticos no Egito e na Síria. Ainda em outros, era a de uma família governante e dos intimamente ligados a ela, unidos tanto por laços de sangue quanto por interesses comuns. Esses vários tipos de grupo não eram tão diferentes uns dos outros como poderia parecer. Em todos eles, os laços de interesse eram reforçados pelos de vizinhança, parentesco ou casamento; a tradição da sociedade do Oriente Médio e do Magreb era que outros tipos de relacionamento eram mais fortes se expressos em termos de parentesco.

Além disso, os grupos governantes agora tinham à sua disposição uma máquina governamental maior e mais complexa que no passado. Um elevado número de homens e mulheres estava ligado a ela, ou dela dependia, e portanto se mostrava disposto (pelo menos até certo ponto) a ajudá-la a

manter seu poder. Nos primeiros tempos, a estrutura de governo tinha sido simples e limitada. O sultão do Marrocos até fins do século XIX era um monarca itinerante, levantando impostos e mostrando sua autoridade em marchas através de seus domínios, com um exército pessoal e algumas dezenas de secretários. Mesmo no Império Otomano, talvez o governo mais altamente burocrático que o Oriente Médio conheceu, o número de funcionários era relativamente pequeno; no início do século XIX, havia aproximadamente 2 mil funcionários públicos na administração central, mas no fim do século o número crescera para talvez 35 mil. No início da década de 1980, havia quase duas vezes mais funcionários públicos do que empregados na indústria no Egito, e as proporções eram semelhantes em outros países. Esse vasto regimento de funcionários distribuía-se entre várias estruturas diferentes, controlando vários setores da sociedade: o exército, a polícia, os serviços de inteligência, organizações de planejamento, autoridades de irrigação, departamentos de finanças, indústria e agricultura, e os serviços sociais.

Interesses pessoais envolviam-se na manutenção dos regimes; não apenas os dos governantes, mas dos oficiais do exército, altos funcionários, administradores de empresas no setor público, e técnicos de nível superior, sem os quais um governo moderno não podia ir em frente. As políticas da maioria dos regimes favoreciam também outras partes poderosas da sociedade: os que controlavam certos setores privados da economia, indústrias de propriedade privada, comércio de importação e exportação, muitas vezes ligados a corporações multinacionais, que eram de crescente importância no período da *infithah*. A esses podiam acrescentar-se, em menor grau, os trabalhadores qualificados nas indústrias maiores, que em alguns países tinham podido organizar-se eficazmente em sindicatos e podiam negociar por melhores condições de trabalho e salários, embora não pudessem usar seu poder coletivo para exercer influência sobre a política do governo.

Nas últimas duas décadas, surgiu um novo grupo social, daqueles que tinham prosperado com a migração para os países exportadores de petróleo. Dos 3 milhões ou mais de imigrantes que se mudaram do Egito, Jordânia, os dois Iêmens e outras partes para a Líbia, a Arábia Saudita e a região do golfo, a maioria foi sem intenção de estabelecer-se. Seu interesse, portanto, estava na existência de governos estáveis, que lhes permitissem ir facilmente de um lado para outro, trazer para casa o que tinham poupado e investi-lo, na maioria das vezes em terra, construções e bens de consumo duráveis, e continuar em segura posse do que tinham.

Oficiais do exército, funcionários públicos, comerciantes internacionais, industriais e a nova classe de rendeiros, todos portanto, queriam regimes razoavelmente estáveis e capazes de manter a ordem, e em termos suficientemente bons uns com os outros (apesar das disputas políticas) para permitir o livre fluxo de trabalhadores e dinheiro, e que mantivessem uma economia mista com o equilíbrio pendendo em favor do setor privado e permitissem a

importação de bens de consumo. No fim da década de 1970, a maioria dos regimes era dessa natureza; o Iêmen do Sul, com sua economia severamente controlada, era uma exceção, e a Argélia uma exceção parcial, embora também lá a ênfase houvesse mudado após a morte de Boumedienne.

Havia outros segmentos da sociedade cujos interesses não eram favorecidos na mesma medida pelas políticas do governo, mas que não estavam em posição de exercer pressão efetiva sobre ele. Os grandes proprietários rurais que tinham base na cidade e com acesso ao crédito podiam obter lucro da agricultura, mas os pequenos, os meeiros e os camponeses sem terra estavam numa fraca posição. Formavam uma proporção menor da população que antes, devido à migração para as cidades, embora ainda considerável; produziam uma parte menor do PIB de cada país, e não mais podiam fornecer o alimento necessário às populações urbanas, que dependiam da importação de gêneros; eram esquecidos nos programas de investimento da maioria dos regimes. No todo, estavam em condição de depressão, mas era difícil mobilizar os camponeses para uma ação eficaz.

Nas cidades, havia vastas camadas de trabalhadores fabris não qualificados, os empregados na prestação de serviços, os que trabalhavam no setor "informal" da economia, como vendedores ambulantes ou biscoiteiros, e os desempregados. A posição deles era fundamentalmente fraca: empenhados na luta diária pela existência, em competição natural uns com os outros, já que a oferta excedia a demanda, divididos em pequenos grupos — a grande família, os do mesmo distrito ou da mesma comunidade étnica ou religiosa — para não se perder na cidade enorme, anônima e hostil. Só podiam explorar numa ação efetiva e unida em circunstâncias especiais: quando o sistema de controle do governo entrava em colapso, ou quando havia uma questão que afetasse suas necessidades imediatas ou lealdades mais profundas, como aconteceu nos motins por causa da fome no Egito em 1977 ou na revolução iraniana de 1979-80.

Um dos sinais da nova posição dominante dos governos nas sociedades árabes foi que estavam dispostos a apropriar-se das idéias que podiam mover mentes e imaginações, e extrair delas uma pretensão de autoridade legítima. A essa altura, qualquer governo árabe que quisesse sobreviver tinha de poder alegar legitimidade em termos de três linguagens políticas — nacionalismo, justiça social e Islã.

A primeira a surgir como linguagem poderosa foi a do nacionalismo. Alguns dos regimes existentes no início da década de 1980 tinham chegado ao poder durante a luta pela independência, ou podiam dizer-se sucessores dos que tinham; esse tipo de apelo à legitimidade foi particularmente forte no Magreb, onde a luta fora de ódio e as lembranças continuavam frescas. Quase todos os regimes também usavam um tipo diferente de linguagem nacionalista, a da unidade árabe; davam-lhe um tipo de aliança formal, e falavam de independência como se fosse um primeiro passo para a união mais

estreita, senão a completa unidade; ligada à idéia de unidade, havia a de uma ação concertada em apoio aos palestinos. Nos anos recentes, ocorrera uma ampliação na idéia de nacionalismo; os regimes diziam-se legítimos em termos de desenvolvimento econômico, ou do pleno uso dos recursos nacionais, humanos e naturais, para fins comuns.

A segunda linguagem, a da justiça social, entrou em uso político comum nas décadas de 1950 e 1960, no período da revolução argelina e da disseminação do nasserismo, com sua idéia de um socialismo especificamente árabe, expressa na Carta de 1962. Termos como socialismo e justiça social tendiam a ser usados com um sentido específico; referiam-se a reformas do sistema de posse da terra, extensão dos serviços sociais e educação universal, tanto para moças quanto para rapazes, mas em poucos países houve uma tentativa sistemática de redistribuir a riqueza através da alta taxação das rendas.

A última das linguagens a tornar-se poderosa foi a do Islã — um destino comum entre os que haviam herdado a religião do Islã —, uma crença, enriquecida por memórias históricas, em que o Corão, a Tradição do Profeta e a *charia* podiam oferecer os princípios segundo os quais se organizaria uma vida virtuosa em sociedade. Na década de 1980, porém, a linguagem islâmica tornou-se mais destacada no discurso político do que uma década ou duas antes. Isso deveu-se a uma combinação de dois tipos de fator. Por um lado, houve a vasta e rápida extensão da área de envolvimento político, devido ao crescimento da população e das cidades, e à ampliação dos meios de comunicação. Os migrantes rurais para as cidades trouxeram consigo sua própria cultura política e linguagem. Houve uma urbanização dos migrantes, mas também uma "ruralização" das cidades. Cortados os laços de parentesco e vizinhança que tornavam possível a vida nas aldeias, eles viviam numa sociedade cujos sinais externos lhes eram estranhos; o senso de alienação era con- trabalhado pelo de fazer parte de uma comunidade universal do Islã, em que certos valores morais estavam implícitos, e isso proporcionava uma lin- guagem em cujos termos eles podiam expressar suas queixas e aspirações. Os que desejavam provocá-los à ação tinham de usar a mesma linguagem. O Islã podia oferecer uma linguagem efetiva de oposição: ao poder e à influência ocidentais, e àqueles que podiam ser acusados de subserviência a eles; a governantes encarados como corruptos e ineficazes, instrumentos de interesses privados, ou desprovidos de moralidade; e a uma sociedade que parecia ter perdido a unidade, com os princípios morais, e a direção.

Foram fatores como estes que deram origem a movimentos como os Ir-mãos Muçulmanos, cujos líderes eram homens articulados e educados, mas que apelavam aos que estavam isolados do poder e prosperidade das novas sociedades; e foi em parte como autodefesa contra eles ou para apelar a um segmento mais amplo de seus países que a maioria dos regimes passou a usar mais a linguagem da religião do que antes. Alguns regimes, é verdade, usavam a linguagem do Islã espontânea e continuamente, em particular o da Ará-

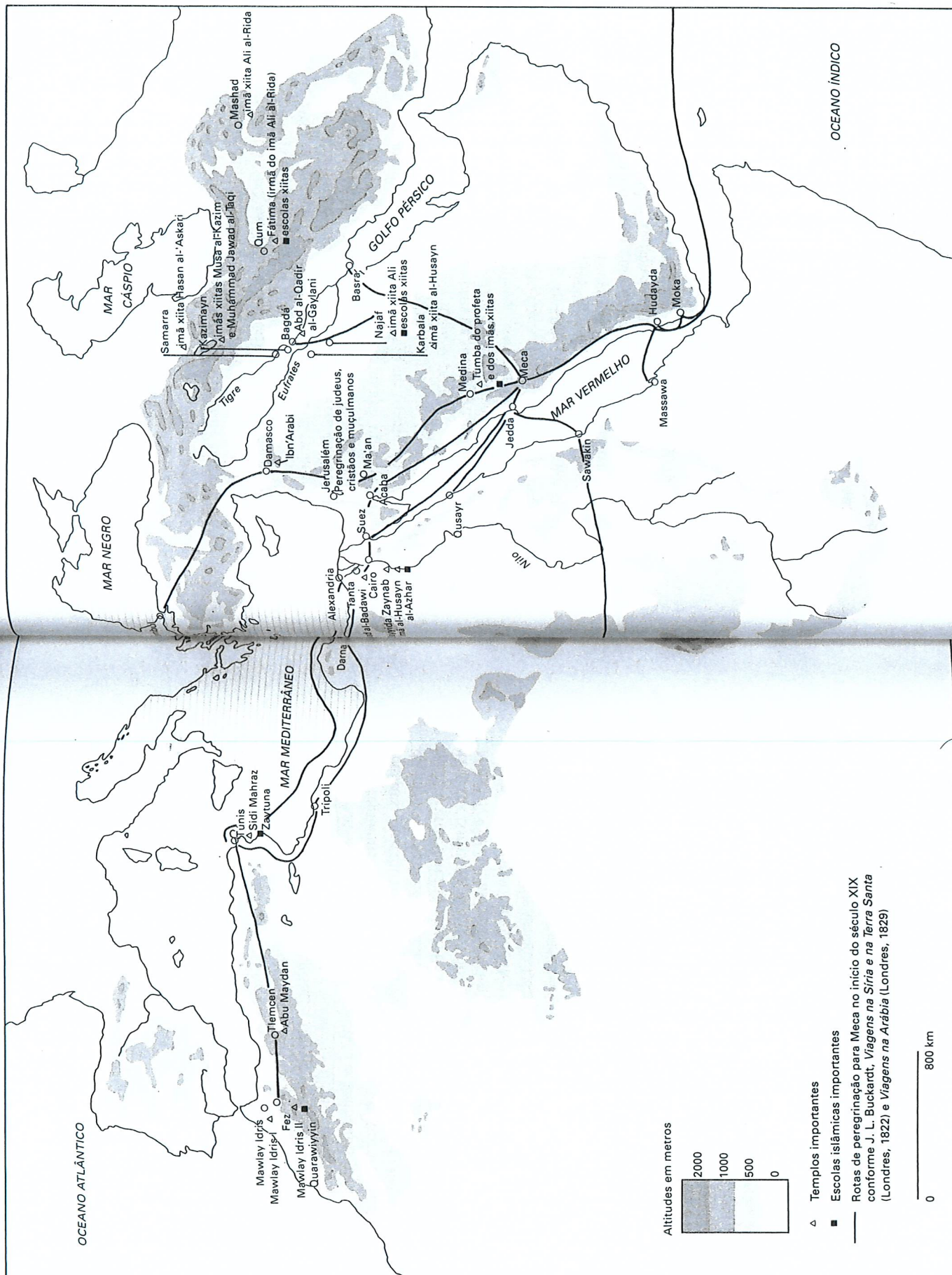
bia Saudita, que fora criada por um movimento em defesa da reafirmação do primado da Vontade de Deus nas sociedades humanas. Outros, porém, pareciam ter sido impelidos a ela. Mesmo os mais secularistas dos grupos governantes, como por exemplo os da Síria, Iraque e Argélia, tinham passado a usá-la mais ou menos convincentemente, de uma forma ou de outra. Podiam evocar temas históricos, dos árabes como portadores do Islã; os governantes do Iraque, colhidos em sua luta contra o Irã, apelaram para a lembrança da batalha de Qadisiyya, quando os árabes derrotaram o último governante sassânida e levaram o Islã ao Irã. Na maioria dos países de população mista, a Constituição estabelecia que o presidente devia ser muçulmano, assim ligando a religião do Islã à autoridade legítima. Nos códigos legais, podia haver referência ao Corão ou à *charia* como base da legislação. A maioria dos governos que tomaram esse caminho tendeu a interpretar a *charia* de uma maneira mais ou menos modernista, a fim de justificar as inovações inevitáveis para sociedades que viviam no mundo moderno; mesmo na Arábia Saudita, invocavam-se os princípios de jurisprudência hanbalitas para justificar as novas leis e regulamentos tornados necessários pela nova ordem econômica. Alguns regimes, porém, recorreram a certas aplicações simbólicas da *charia* ao pé da letra: na Arábia Saudita e no Kuwait, a venda de álcool era proibida; no Sudão, uma determinação da *charia*, de que os ladrões contumazes tivessem as mãos cortadas, foi revivida nos últimos anos do período de governo de Nimeiri. Em alguns países, a estrita observância do jejum de Ramadan, que se espalhava espontaneamente, foi encorajada pelo governo; uma tentativa anterior do governo tunisiano de desestimulá-la, porque interferia com os esforços necessários ao desenvolvimento econômico, enfrentara generaliza-

da oposição.

A FRAGILIDADE DOS REGIMES

Grupos governantes coesos, classes sociais dominantes e idéias poderosas: a combinação desses fatores pode ajudar a explicar por que os regimes foram tão estáveis na década de 1970, mas se examinados de perto todos os três também podem parecer fontes de fraqueza.

Os grupos governantes estavam sujeitos não só às rivalidades pessoais que surgiam inevitavelmente de ambições conflitantes ou discordâncias sobre política, mas também às divisões estruturais que apareciam à medida que a máquina governamental crescia em tamanho e complexidade. Os diferentes ramos do governo tornaram-se centros separados de poder — o partido, o exército, os serviços de inteligência — e membros ambiciosos do grupo dominante podiam tentar controlar um ou outro deles. Esse processo tendeu a ocorrer em todos os sistemas complexos de governo, mas em alguns foi contido dentro de uma estrutura de instituições estáveis e hábitos políticos pro-



fundamente enraizados. Quando não contido assim, podia levar à formação de facções políticas, e a uma luta pelo poder político em que o líder de uma facção tentava eliminar seus rivais e preparar o caminho para a sua sucessão à mais alta posição. Essa luta só podia ser mantida dentro dos limites através de um constante exercício das artes de manipulação política pelo chefe do governo.

O elo entre o regime e os grupos sociais dominantes também podia revelar-se frágil. O que se podia observar era um padrão recorrente na história do Oriente Médio. As classes que dominavam a estrutura de saúde e poder social nas cidades queriam paz, ordem e liberdade de atividade econômica, e só apoiariam um regime enquanto ele parecesse dar-lhes o que queriam; mas não levantariam um dedo para salvá-lo, e aceitariam seu sucessor, se parecesse haver uma probabilidade de ele seguir uma política semelhante. Em meados da década de 1980, a situação de alguns dos regimes parecia precária. Os preços do petróleo atingiram o auge em 1981; depois disso caíram rapidamente, devido ao excesso de produção, ao uso mais cuidadoso de energia nos países industriais, e ao fato de a OPEP não conseguir manter uma frente única nos preços e no volume de produção. O declínio na receita do petróleo, juntamente com os efeitos da guerra entre o Irã e o Iraque, teve consequências em todos os países árabes, tanto ricos quanto pobres.

Se o apoio dado por poderosos segmentos da sociedade aos governos era passivo, isso ocorria em parte porque eles não participavam ativamente na tomada de decisões. Na maioria dos regimes, isso era feito num alto nível por um pequeno grupo, e os resultados não eram comunicados amplamente; havia uma tendência de os governantes, quando se instalavam no poder, tornar-se mais cheios de segredos e recolhidos — guardados por seus serviços de segurança e cercados por íntimos e funcionários que controlavam o acesso a eles — e a só aparecer raramente para dar uma explicação e justificação formais de seus atos a uma dócil audiência. Por baixo desse motivo para a distância entre governo e sociedade, porém, havia outro: a fraqueza de convicção que os unia um ao outro.

Assim que as idéias políticas eram adotadas pelos governos, corriam o perigo de perder seu sentido. Viravam *slogans* que acabavam rançosos pela repetição, e não mais podiam reunir outras idéias em torno delas numa poderosa constelação, mobilizar forças sociais para a ação, ou transformar o poder em autoridade legítima. A idéia do nacionalismo parecia ter sofrido esse destino. Sempre existiria como uma reação imediata e natural a uma ameaça de fora; isso foi mostrado durante a guerra entre Iraque e Irã, quando as partes da população iraquiana que se podia esperar fossem hostis ao governo lhe deram apoio. Era duvidoso, porém, se poderia servir de força mobilizadora para uma ação efetiva, ou como centro de um sistema de idéias pelas quais se pudesse organizar a vida em sociedade. O “arabismo”, a idéia de uma nação árabe unida, ainda podia ser posta em ação por uma nova cri-

se nas relações entre Israel e seus vizinhos árabes; a quietude dos estados árabes durante a invasão israelense podia ser em parte explicada pelas complexidades da situação libanesa, e não foi necessariamente uma prévia do que aconteceria se Israel estivesse em guerra com outros vizinhos. Em geral, porém, a principal função do arabismo era como uma arma em conflitos entre estados árabes e um pretexto para a interferência de um Estado nos assuntos de outros; o exemplo de ‘Abd al-Nasser, apelando por cima dos governos aos povos árabes, não fora esquecido. Por outro lado, o fortalecimento de laços humanos entre os povos árabes, por causa da educação, migração e os meios de comunicação, podia a longo prazo ter um efeito.

Sobre as outras idéias principais, as de justiça social e Islã, podia dizer-se o contrário: não que houvessem perdido seu significado, mas que o tinham demais, e demasiada força como motivos para a ação, para poderem ser canalizadas por muito tempo em favor dos objetivos de qualquer regime. Suas raízes eram demasiado profundas na história para que fossem transformadas em dóceis instrumentos de governo.

Os governos que recorriam a idéias tão profundamente enraizadas e poderosas o faziam por sua própria conta e risco. Eram apanhados nas ambições e compromissos de poder, e se usassem linguagens com um apelo tão forte, os adversários também poderiam fazê-lo, a fim de mostrar o fosso entre o que o governo dizia e o que fazia. Podiam usar com força mortal palavras como tirania e hipocrisia, que ressoavam por toda a história islâmica. O assassinato de Sadat em 1981, e um episódio na Arábia Saudita em 1979, quando um grupo de muçulmanos convictos ocupou a Grande Mesquita em Meca, foram sinais da força desses movimentos de oposição, sobretudo quando podiam combinar o apelo de justiça social com o do Islã.

Mesmo o mais estável e mais duradouro dos regimes, então, podia revelar-se frágil. Podia haver mudanças de poder dentro dos grupos governantes, devido a mortes ou revoluções palacianas; em 1985, Nimeiri, governante do Sudão, foi deposto por um golpe militar combinado com generalizada perturbação civil; em 1988, o longo domínio de Bureguiba sobre a vida política da Tunísia acabou quando ele foi deposto e substituído por um oficial do exército, Zayn al-‘Abidin Ben ‘Ali. Esses acontecimentos podiam levar a mudanças na direção da política, como acontecera quando Sadat sucedera ‘Abd al-Nasser, mas seria provável que houvesse mudanças mais violentas e radicais?

Em alguns países, havia uma possibilidade de que se restaurassem instituições mais duradouras e formais, que alargavam a extensão da participação na tomada de decisões. Havia um desejo geral disso entre as classes educadas, e até alguns dos próprios regimes podiam decidir que era do seu interesse; sem um certo grau de participação efetiva não podia haver desenvolvimento social e econômico, e a verdadeira estabilidade era impossível sem instituições — quer dizer, convenções conhecidas e aceitas sobre o modo como se devia obter, usar e transmitir o poder.

Se ocorresse essa mudança, dependeria do nível de educação, do tamanho e da força das classes médias, e da confiança do regime. Não era provável que ocorresse na maioria dos países árabes, mas havia sinais de que ocorreria em alguns deles. No Kuwait, o Parlamento foi restaurado em 1981 após um intervalo de vários anos, e mostrou ter opiniões e o poder de convencer o governo a levá-lo em conta; mas foi dissolvido em 1986. Na Jordânia, fez-se uma tentativa em 1984 de reviver o Parlamento que estivera suspenso por algum tempo. No Líbano, apesar da guerra civil, a idéia do Parlamento chegou ao lugar em que, no fim, se podiam conciliar as divergências, e do governo constitucional como base de legitimidade, continuava viva.

O país onde parecia mais provável fosse o poder constitucional restaurado era o Egito, no qual a classe educada era grande e com um nível de compreensão política acima da maioria dos países árabes. Tinha unidade social e cultural, e uma lembrança sobrevivente do período constitucional, que durara três anos e fora uma época em que, dentro de certos limites, se podiam expressar livremente as opiniões; a lembrança fora revivida em anos recentes pelo contraste com a relativa falta de liberdade política nos períodos de 'Abd al-Nasser e Sadat. Sob o sucessor de Sadat, Hosni Mubarak, teve início uma cautelosa mudança. Realizaram-se eleições para a Assembleia em 1984; o sistema eleitoral foi dividido de modo a assegurar uma grande maioria para o governo, mas a eleição teve lugar numa atmosfera de debate relativamente livre, e alguns membros de um partido de oposição, uma ressurreição do Wafd, foram eleitos. Isso pode ter sido um indicio de que o Egito se deslocava para uma posição como a da Turquia ou de alguns países latino-americanos, onde se alternavam períodos de governo parlamentar e ditaduras militares, e a vida constitucional era sempre restaurada e sempre ameaçada.

Se ocorressem mudanças mais radicais, parecia mais provável na década de 1980 que se dessem mais em nome de uma idéia islâmica de justiça de Deus no mundo do que de um ideal puramente secular. Não havia uma idéia do Islã única, mas todo um espectro delas. A palavra 'Islã' não tinha um significado único, simples, mas era o que os muçulmanos entendiam dela. Para os aldeões "tradicionais", podia significar tudo que eles pensavam e faziam. Para muçulmanos mais preocupados e cuidadosos, oferecia uma norma pela qual eles deviam tentar moldar suas vidas, e pela qual seus atos seriam julgados, mas havia mais de uma norma. O termo "fundamentalismo", que entrara na moda, trazia uma variedade de sentidos. Podia referir-se à idéia de que os muçulmanos deviam tentar retornar à doutrina e prática do Profeta e da primeira geração de seus seguidores, ou à idéia de que só o Corão fornecia a norma de vida humana; isso podia ser uma idéia revolucionária, se os muçulmanos dissessem — como parecia fazer o líder líbio Kadhafi — que tinham o direito de interpretar livremente o Corão. A palavra também podia aplicar-se a uma atitude que seria melhor chamada de "conservadora": a atitude daqueles que desejavam aceitar e preservar o que tinham herdado do

passado, toda a tradição cumulativa do Islã como se havia de fato desenvolvido, e mudá-la apenas de maneira cautelosa e responsável. Essa era a atitude do regime saudita e seus seguidores, e do regime revolucionário iraniano, embora as tradições cumulativas que eles aceitassem fossem muito diferentes uma da outra.

As circunstâncias dos diferentes países árabes variavam enormemente. Um movimento islâmico num país podia ter um sentido diferente do que poderia ter o mesmo movimento em outro. Por exemplo, os Irmãos Muçulmanos na Síria não tinham o mesmo papel que os do Egito; em grande parte, serviam de veículo para a oposição da população urbana sunita ao domínio do regime identificado com a comunidade alawita. Do mesmo modo, o fato de a revolução iraniana ter assumido uma certa forma não significava que tomaria a mesma forma em outros países. Em parte ao menos, a revolução podia ser explicada em termos de fatores específicos do Irã: certas classes sociais poderosas eram particularmente receptivas a apelos expressos em linguagem religiosa, e havia uma liderança religiosa que pudera agir como ponto de convergência para todos os movimentos de oposição; era relativamente independente do governo, geralmente respeitada por sua religiosidade e saber, e sempre atuara como porta-voz da consciência coletiva.

Essa situação não existia nos países árabes. No Iraque, onde os xiitas formavam a maioria, seus homens de saber não tinham a mesma ligação íntima com as massas urbanas ou a mesma influência sobre o governo que no Irã. Os ulemás sunitas tinham uma posição menos independente. Sob o domínio otomano, tinham-se tornado funcionários públicos, perto do governo e comprometidos por suas relações com ele; por tradição e interesses, estavam ligados à alta burguesia das grandes cidades. A liderança dos movimentos islâmicos, portanto, tendia a estar em mãos de leigos, membros convertidos da moderna elite educada. Esses movimentos não tinham a santidade conferida por líderes de religiosidade e saber herdados e reconhecidos; eram partidos políticos competindo uns com os outros. Em geral, não tinham políticas sociais e econômicas claras. Parecia provável que fossem importantes forças de oposição, mas não estavam em posição de poder formar governos.

Um observador dos países árabes, ou de muitos outros países muçulmanos, em meados da década de 1980, poderia chegar à conclusão de que alguma coisa semelhante ao caminho iraniano seria o caminho do futuro, mas essa talvez fosse uma conclusão apressada, mesmo no que se referia ao Irã. Num certo sentido, o governo de homens de religião era uma reafirmação da tradição, mas em outro era contra a tradição. O saber herdado dos ulemás era de que não deviam ligar-se muito estreitamente ao governo do mundo; deviam manter uma distância moral dele, preservando ao mesmo tempo o acesso aos governantes e a influência sobre eles: era perigoso ligar os interesses eternos do Islã ao destino de um governante transitório do mundo. Essa atitude refletia-se numa certa suspeita popular em relação aos homens de

religião que assumiam um papel demasiado destacado nos assuntos do mundo; eles eram tão suscetíveis quanto quaisquer outros às corrupções do poder e da riqueza, e talvez não dessem bons governantes.

Também podia acontecer que, num certo estágio de desenvolvimento nacional, o apelo a idéias religiosas — pelo menos a idéias santificadas pela tradição cumulativa — deixasse de ter a mesma força de outro sistema de idéias: uma mistura de moralidade social e lei que fosse basicamente secular, mas tivesse uma relação com os princípios gerais de justiça social implícitos ao Corão.

O PROFETA E SEUS DESCENDENTES, OS CALIFAS E AS DINASTIAS

